



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA  
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS  
DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA  
CURSO DE GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

**Pedro Henrique Machado**

**ESTRESSE RACIAL NO ENSINO SUPERIOR: AS RELAÇÕES  
ENTRE RACISMO E O ESTRESSE DE ESTUDANTES NEGROS NO  
ENSINO SUPERIOR BRASILEIRO**

Santa Maria, RS, Brasil

2019

**Pedro Henrique Machado**

**ESTRESSE RACIAL NO ENSINO SUPERIOR: AS RELAÇÕES ENTRE  
RACISMO E O ESTRESSE DE ESTUDANTES NEGROS NO ENSINO  
SUPERIOR BRASILEIRO**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Graduação em Psicologia, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para a obtenção do **Grau em Psicologia.**

Orientadora: Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup>. Samara Silva dos Santos

Santa Maria, RS  
2019

Pedro Henrique Machado

**ESTRESSE RACIAL NO ENSINO SUPERIOR: AS RELAÇÕES ENTRE  
RACISMO E O ESTRESSE DE ESTUDANTES NEGROS NO ENSINO  
SUPERIOR BRASILEIRO**

Trabalho de Conclusão de Curso  
apresentado ao Curso de Graduação em  
Psicologia, da Universidade Federal de  
Santa Maria (UFSM, RS), como requisito  
parcial para a obtenção do **Grau em  
Psicologia**.

**Aprovado em 05 de dezembro de 2019:**

---

**Samara Silva dos Santos, Dr<sup>a</sup>. (UFSM)  
(Presidente/Orientadora)**

---

**Silvia Maria de Oliveira Pavão, Dr<sup>a</sup> (UFSM)**

---

**Monise Gomes Serpa, Dr<sup>a</sup> (UFN)**

Santa Maria 05, de dezembro de 2019.

## DEDICATÓRIA

Aos negros e negras que vieram antes de mim e aos que estão por vir. À minha avó materna (*in memoriam*); minha mãe e aos meus sobrinhos.

## AGRADECIMENTOS

Acredito que agradecimentos não devem ser somente para pessoas que estiveram diretamente envolvidas na produção deste trabalho, mas devem, também, envolver as pessoas que contribuíram para a minha formação como pessoa e como profissional. Pessoas que me construíram, que deixaram um pouco de si em mim, pessoas que fizeram e me ajudaram na (trans)formação e que alimentaram meu sonho. Agradeço imensamente a cada uma das pessoas aqui listadas:

Primeiramente gostaria de agradecer a Oludumare, responsável pela nossa criação enquanto humanos, pela proteção e direcionar os meus caminhos.

Agradeço a Èsù por me conceder o dom da palavra e logo o dom da escrita.

Agradeço a Oxóssi, orixá que abençoa meu *ori* e que me acolhe como seu filho, me fazendo um guerreiro como todos aqueles que possuem ele como guia espiritual.

Agradeço a minha Yalorixá Silvia Leme (Dofona de Oxum) por ser carinho, por ser segurança, por ser incentivo e principalmente por me cuidar e me guardar. Benção Mãe Silvia e obrigado.

Agradeço à Universidade Federal de Santa Maria, Centro de Ciências Sociais e Humanas, em especial ao Departamento de Psicologia, por permitir que fosse possível realizar esta pesquisa de TCC.

Agradeço à Prof.<sup>a</sup> Samara Silva dos Santos, pela generosidade, pela parceria, pela escuta sempre atenciosa e por ter me dado à chance de realizar este trabalho, por me ensinar que a humildade e a cordialidade estão presentes ensino superior. Agradeço por ter acolhido a ideia desta pesquisa e por embarcar nessa travessia repleta de desafios e alegrias. Gratidão por ser uma orientadora carinhosa e acolhedora.

Agradeço a Prof.<sup>a</sup> Silvia Maria de Oliveira Pavão por ter me acolhido no Grupo de Pesquisa em Educação, Saúde e Inclusão e por ser uma inspiração no

mundo acadêmico. E por ter aceitado ser parte da minha banca avaliadora. Obrigado por ser carinho, incentivo e acolhimento.

Agradeço a Prof. Dr<sup>a</sup> Monise Gomes Serpa por te aceito o convite de fazer parte da banca de avaliação deste trabalho, obrigado pelas conversas pós-evento preparatório da ABRAPSO Sul.

Novamente, obrigado Prof.<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Samara Silva dos Santos, Prof.<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Silvia Maria de Oliveira Pavão e Prof.<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Monise Gomes Serpa, respectivamente minha orientadora e membros da banca do meu trabalho de conclusão de curso, pela disponibilidade e alegria com que aceitaram o convite para fazer parte deste trabalho e me mostraram outras formas de olhar para ele.

Agradeço a Prof.<sup>a</sup> Tais Fim Alberti por ser inspiração.

Agradeço a Prof.<sup>a</sup> Mônica pelos cafés nos intervalos das aulas, pelos diálogos reflexivos, por ser motivação e força. Agradeço por me mostrar o profissional que quero ser.

Agradeço a Prof. Melânia Casarin pelas conversas construtivas e pelo apoio.

Agradeço a Prof.<sup>a</sup> Ana Claudia Pavão Siluk pelo carinho e por ter me proporcionado conhecer a terra dos meus ancestrais. Obrigado pela confiança e pelos anos de trabalho juntos.

Agradeço a Prof.<sup>a</sup> Terezinha Heck por ser acolhida, por ser colo, por ser carinho, por ser inspiração e, principalmente, por ser afeto.

Agradeço a minha mãe-avó materna, Almerinda Constantina Machado [*in memoriam*], por ser presença mesmo na distância, por sempre se fazer presente, por sempre estar rezando por mim nos momentos mais difíceis; e principalmente por sempre me mostrar que eu poderia chegar onde eu quisesse.

Agradeço a minha mãe carnal Fátima Machado, mulher negra que apesar de não ter a oportunidade de chegar aonde eu cheguei prezou pela educação de seus descendentes em tempos em que pobre e preto não tinha o direito de sonhar chegar ao ensino superior. Minha eterna gratidão Mãe, por ser uma mulher de força que me inspira e me fortalece.

Agradeço aos meus sobrinhos Liara e Yuri por serem alegria, conforto, abraço e principalmente por me lembrarem que o afeto nos afeta e nos torna humanos.

Agradeço a minha grande amiga Marlete Oliveira por ser inspiração e símbolo de força e resistência para continuar lutando e pesquisando as questões raciais em um ambiente completamente branco, que fala de branco para branco. Obrigado por ser colo, por ser carinho, por ser força e também por ser par nessa luta.

Agradeço a Catheline Rubim, minha grande amiga, pela amizade, pelo amor incondicional e por sempre me apoiar em todos os momentos e por ser uma das poucas pessoas que consegue me enxergar além de imagens.

Agradeço a Amanda Fiuzza, pelos momentos de riso, pelos momentos de força, pelos momentos de descontração e por ser amizade.

Agradeço ao Carlos Orellana [*in memoriam*] meu eterno amigo, por ser meu porto seguro, por ser sorriso, por ser leveza, por ser referência, por ser companhia, por ser debate. Obrigado meu amigo por tudo que me ensinou nos anos que convivemos juntos na Universidade Federal de Santa Maria.

Agradeço a Adriana Alves pela amizade, pelo carinho, pelos filmes, pelos cafés e pelas conversas.

Agradeço a Elisandra Dornelles por ser amiga-mãe, pelo cuidado que teve comigo e por ser inspiração.

Agradeço a Aline Tastch Neves por ser amiga, por ser construção, por ser companhia para tudo. Obrigado por me ensinar que amizades nascem em lugares inusitados.

Agradeço a Elisa por me incentivar e por sempre fazer a gentileza de me lembrar do meu potencial. Obrigado por ser presença nas rodas de conversa das quais participo. E principalmente, obrigado por permitir que eu faça parte da tua (des)construção.

Agradeço a Evilin pelas conversas, pelos sorrisos, pelos afetos. Obrigado por ser carinho.

Agradeço a Ana Beatriz Canabarro Ketz por ser presença, por ser carinho, por ser aconchego e principalmente por acreditar em mim até mesmo quando eu não acreditava. Agradeço por sempre me incentivar e me mostrar que posso ocupar qualquer lugar e por comemorar cada vitória que eu conquistava.

Para finalizar gostaria de agradecer imensamente aos meus ancestrais pela força de resistirem às intempéries da captura, da viagem nos navios negreiros e da escravidão, obrigado por serem força ancestral que me move.

Não tenho como expressar em palavras todo o amor, carinho e gratidão para com vocês. Obrigado por tudo.



*“Eu adoro a minha pele negra, e o meu cabelo rústico. Eu até acho o cabelo de negro mais educado do que o cabelo de branco. Porque o cabelo de preto onde põe, fica. É obediente. E o cabelo de branco, é só dar um movimento na cabeça ele já sai do lugar. É indisciplinado. Se é que existem reencarnações, eu quero voltar sempre preta.”*

*(Carolina Maria de Jesus)*

## RESUMO

### ESTRESSE RACIAL NO ENSINO SUPERIO: AS RELAÇÕES ENTRE RACISMO E O ESTRESSE DE ESTUDANTES NEGROS NO ENSINO SUPERIOR BRASILEIRO

**Autor:** Pedro Henrique Machado

**Orientadora:** Samara Silva dos Santos

Este estudo tem como objetivo geral analisar a produção do conhecimento científico a respeito da relação entre racismo e estresse no Ensino Superior brasileiro. O trabalho encontra-se dividido em dois artigos científicos correspondentes a cada um dos objetivos específicos estipulados. O primeiro artigo, respectivo ao primeiro objetivo consiste em um panorama geral do processo de colonização do Brasil, indo dos anos de 1500 até 1888, e esboçando as reverberações do período de pós-abolição. Portanto, no decorrer do primeiro artigo partimos do ano de 1500 com a chegada dos portugueses no território do atual Brasil, perpassando pelo processo de escravização indígena, perpassando pelo tráfico negreiro, pela escravização dos negros africanos. Após, destacamos as quatro principais leis que levam a abolição da escravidão no Brasil (Lei Eusébio de Queiroz, 1850; Lei do Ventre Livre, 1871; Lei do Sexagenário, 1885; Lei Áurea, 1888). O segundo estudo refere-se a uma revisão sistemática realizada nas bases de dados Scielo, PePSIC, e LILACS, a respeito da relação existente entre o racismo e o estresse no ensino superior brasileiro. Foram encontrados 16 artigos, sendo que apenas quatro atenderam aos critérios escolhidos. Destes quatro artigos selecionados foi possível verificar que nenhum abordava a questão do ensino superior, os artigos encontrados abordavam questões a respeito apenas do estresse relacionado ao racismo. Significando assim que a área da psicologia que se dedica a estudar as questões raciais precisa se direcionar o seu olhar para o campo das questões que envolvem o estresse e o racismo no ensino superior brasileiro.

**Palavras-chave:** Racismo, Estresse, Ensino Superior, Psicologia.

## SUMÁRIO

<b>APRESENTAÇÃO</b> .....	12
<b>INTRODUÇÃO</b> .....	14
<b>OBJETIVOS</b> .....	16
Objetivo geral: .....	16
Objetivos Específicos: .....	16
<b>PERCURSO METODOLÓGICO</b> .....	16
<b>ARTIGO 1 – O PROCESSO HISTÓRICO DE INVASÃO DO BRASIL E A ESCRAVIZAÇÃO DOS POVOS AFRICANOS: UMA REVISÃO DE LITERATURA</b> .....	18
<b>ARTIGO 2 – O ESTRESSE RACIAL COMO INSTRUMENTO DE ADOCIMENTO PSÍQUICO - UMA REVISÃO DE LITERATURA A RESPEITO DAS RELAÇÕES ENTRE ESTRESSE E RACISMO</b> .....	49

## APRESENTAÇÃO

Para a realização desse trabalho precisamos ter a lembrança sempre presente dos vários tipos de violência que a população negra está exposta cotidianamente. Vivemos em uma sociedade que odeia o negro e tenta fazer de tudo para aniquilá-lo.

Para que as lembranças estejam latentes no pensamento de quem lê este trabalho coloco abaixo uma história:

Eduardo chegou da escola, tirou o uniforme e o tênis, deixou a lição na mochila porque estava com muita fome. Devorou o prato de macarrão servido pela mãe, repetiu a limonada três vezes e deixou a lição de lado mais um pouco pra poder descansar. Levantou, a mãe estava vendo um programa chato na televisão, mas, mesmo assim, sentou perto dela. Por mais que fingisse que não, aos dez anos, ainda gostava de um colinho. A lição podia esperar mais um pouco. Levantou, pegou o caderno, livro, estojo e foi estudar no lugar preferido. A porta de casa, do lado de fora, tinha luz do sol, espaço pra sentar e apoiar as costas no batente, dobrar o joelho pra sustentar o caderno. Começava a se concentrar na pergunta que copiou da lousa quando viu o coturno do policial. Levantou a cabeça. A mãe ouviu o disparo.

(SANTANA, B. 2015; p. 61)

A primeira vez que li essa histórica era um dia de chuva, a chuva que caia fora da minha casa invadiu o meu quarto e escorreu através dos meus olhos. Chorei muito! Chorei porque nas pesquisas que lemos falamos de números, dados estatísticos, níveis de violência, esquecendo que estamos falando de pessoas. Chorei, porque ao ler essa história me deparei com uma forte crítica a respeito da minha formação. Quero eu, ser um profissional frio, que vê números e dados, ou quero ser o profissional que trabalha com vidas, com histórias, com sonhos, com afetos?

Escolhi trabalhar com vidas, histórias, sonhos e afetos. Escolhi para este trabalho falar do povo negro, da população negra e das violências e repercussões de tais violências que essa população sofre. A construção desse trabalho foi dolorosa pelo fato de mexer nessa ferida aberta, nessa cicatriz que nunca cura é um ato de coragem.

O racismo e o crime perfeito, ele nos mata cotidianamente e faz que a gente agradeça por isso, pois a dor de viver em uma sociedade racista beira ao insuportável.

Porém enfrentar essa dor insuportável e é um ato de liberdade. Um ato de coragem e de liberdade. Enfrentar essa estrutura racista na qual todos estamos imersos e somos estruturado é um ato de destemor.

Como diz Angela Davis em suas obras: “Viver é um ato político”. Portanto, se viver é um ato político, escrever também o é. Para isso torna-se necessário compartilhar aqui que embora a construção deste trabalho tenha sido dolorosa, ela também foi satisfatória. Hoje eu só tenho a chance de estar aqui escrevendo, porque os meus mais velhos sacrificaram as suas vidas. Por isso em respeito aos meus mais velhos, que lutaram para que os seus “miúdos” (atualmente não tão miúdo assim) tivessem a oportunidade de ter acesso a educação, preciso me colocar nesta escrita.

Me coloco introduzindo que quem aqui escreve é um sujeito negro, atravessado por todas as violências que o racismo exerce. Me coloco na escrita, pelo fato de que não falo em quantidades frias, apenas números e dados, como se eu precisasse ocupar o lugar de distanciamento existente entre o pesquisador e o seu objeto de pesquisa.

Eu falo direta, ou indiretamente, dos meus irmãos negros e negras. Eu falo neles, falo por eles, e falo com eles. Pois eu lhes digo: Ubuntu. Sou o que sou pelo que nós somos.

Portanto a construção deste trabalho está dividida em dois artigos, os quais são referentes aos dois objetivos específicos que foram escolhidos.

O primeiro artigo está caracterizado por ser uma revisão do processo histórico que o Brasil durante o seu período de colonização, escravização dos indígenas e o tráfico negreiro. Neste artigo partimos do ano de 1500 e avançamos na história do país até a Abolição da escravidão no ano de 1888. Ao final deste primeiro artigo, esboçamos alguns questionamentos referentes ao período pós-abolição e as reverberações desse período nos dias atuais.

O segundo artigo aborda a questão do racismo como um instrumento desencadeante do estresse em estudantes negros do ensino superior. Para isso foi escolhido como desenho metodológico à revisão sistemática da literatura brasileira. No entanto o número de artigos aptos para a análise foi muito baixo, sendo que nenhum deles abarcou os três descritores principais que eram: racismo, ensino superior e estresse.

Logo para a discussão desse artigo optamos excluir um dos descritores deixando, desta forma os descritores de busca fora compostos por: racismo e estresse. Consideramos que embora o descritor “Ensino Superior” tenha sido excluído das buscas, alguns artigos trouxeram a questão do racismo e do estresse no campo educacional, abordando a questão dos alunos cotistas. Podemos concluir que este é um tema que merece receber um olhar mais atendo da psicologia, visto que consiste em uma área de grande potencial científico.

## **INTRODUÇÃO**

A raça é utilizada como um mecanismo de caracterização de traços que são de cunho biológico (FARO e PEREIRA, 2011). Logo a discriminação racial cria limitações na vida dos indivíduos, o que afeta o seu senso de integridade individual (FARO e PEREIRA, 2011). No que se refere a saúde mental, os negros registram maiores índices de depressão e reduzidos índices de autoestima e bem-estar psicológico (FARO e PEREIRA, 2011).

O profissional que apresenta uma competência cultural é consciente das suas suposições, dos seus preconceitos e de seu valores, tende a compreender a visão de mundo dos outros, o que mostra que este profissional é informado sobre os vários grupos culturais e conseguiu adquirir habilidades para desenvolver estratégias e técnicas de intervenção que sejam apropriadas (FLEURY e ABDO, 2019).

Precisamos consideramos que nas ultimas décadas houve um implemento considerável de ações afirmativas para combater as iniquidade em saúde das minorias, porém não se percebe grandes mudanças na prática (FARO e PEREIRA, 2011).

Vivemos em uma sociedade multirracial. Entretanto, nas sociedades que são multirraciais a cor da pele tende a ser um instrumento para a associação racista da atribuição de sucesso e/ou fracasso social aos indivíduos (FARO e PEREIRA, 2011). Isso se caracteriza como comportamentos discriminatórios, os quais salientam a hierarquia de uma raça (ou etnia) em detrimento da outra.

Considerando o fato de que os indivíduos não tenham consciência do seu comportamento discriminatório, o impacto negativo de tal atitude torna necessária uma intervenção focada no desenvolvimento da maior sensibilidade aos aspectos culturais (FLEURY e ABDO, 2019). Nos Estados Unidos, Canadá, Austrália e Nova Zelândia uma revisão sistemática de avaliações de intervenções para promoção de competência cultural identificou resultados positivos no que se refere às dimensões tradicionalmente focadas, dimensões como o conhecimento, as atitudes, as habilidades e os comportamentos, porém poucas evidências que tivessem um impacto positivo (FLEURY e ABDO, 2019).

Porém, no que se refere aos Estados Unidos, a vivência do processo de escravidão e o movimento negro são distintos do Brasil. Distintos no sentido em que nos Estados Unidos houve de fato a segregação racial, a separação de lugares de brancos e de negros. Essa dinâmica social faz com que o movimento negro de lá encontre alternativas para enfrentar a conjuntura sociopolítica do país.

No Brasil, no entanto, a população negra viveu escravizada por quase quatrocentos anos, sua identidade foi retirada desde o momento em que eram capturados, sequestrados e traficados. Após a Lei Áurea, em 1888, a população negra se viu desamparada pelo estado e ludibriada pelo discurso da Democracia Racial, a qual Fernandes (2017) questiona, chamando-a de Mito da Democracia Racial.

Se vivemos em um país onde há de fato a democracia racial, porque a população negra é a que ocupa as regiões periféricas? Porque é a população negra que não acessa o ensino superior, mesmo sendo a maior parcela populacional? Porque a população negra é a que mais morre em decorrência de bala “perdida”.

Tais perguntas não serão respondidas com este trabalho, porém devem ser consideradas questões flutuantes para o decorrer deste trabalho, para que possamos questionar, refletir e avançar teoricamente no campo das relações raciais, do racismo e da discriminação.

## **OBJETIVOS**

Objetivo geral:

O presente estudo tem como objetivo geral analisar a produção do conhecimento científico a respeito da relação entre racismo e estresse no Ensino Superior brasileiro.

Objetivos Específicos:

Apresentar um panorama histórico sobre o processo de colonização e escravização da população negra no Brasil.

Identificar, na produção do conhecimento científico, se há interlocuções a respeito do racismo como característica de um dispositivos desencadeantes de estresse em estudantes negros do Ensino Superior brasileiro.

## **PERCURSO METODOLÓGICO**

O percurso metodológico do presente trabalho seguiu da seguinte forma. Após uma busca exploratória para possíveis temas de pesquisa para o trabalho de conclusão de curso, percebemos existir uma lacuna teórica a respeito das questões raciais no Brasil relacionadas ao estresse.

Entretanto ao assistir a um debate a respeito das cotas raciais () percebeu que existência da expressão “Estresse Racial”. A partir disso, o estresse racial tornou-se um tema de interesse para a pesquisa.



Ao analisar as produções científicas existentes no Brasil, raras são as fontes que abordam o tema do estresse racial. Isso demonstra que este é um tema que merece um olhar mais atento do campo da psicologia.

Portanto escolhemos metodologia a realização da revisão sistemática da literatura brasileira para confirmar a existência, ou não de artigos científicos a respeito do estresse racial.

Após a definição dos objetivos específicos desse trabalho optamos pela realização de dois artigos que seriam referentes aos dois objetivos específicos. Portanto, o primeiro artigo apresentado é uma revisão de literatura a respeito do processo de colonização do Brasil. Neste artigo buscamos realizar um panorama histórico do processo de colonização e os processos de escravização dos povos indígenas e africano. Bem como, buscamos realizar um debate a respeito das reverberações desse processo na sociedade atual.

Neste artigo partimos do ano de 1500 com a chegada dos portugueses e vamos avançando até o ano 1888, com a assinatura da Lei Áurea.

O segundo artigo refere-se a revisão sistemática a respeito da relações entre estresse e racismo, tentamos nesse artigo identificar se há produções científicas publicados no Brasil que tratem desta questão no Ensino Superior.

O número de artigos foi relativamente pequeno, o que demonstra que este é um campo praticamente inédito no Brasil. Portanto novas pesquisas, muito mais abrangentes devem ser realizadas.

## **ARTIGO 1 – O PROCESSO HISTÓRICO DE INVASÃO DO BRASIL E A ESCRAVIZAÇÃO DOS POVOS AFRICANOS: UMA REVISÃO DE LITERATURA**

### **Resumo**

O presente artigo apresenta um panorama histórico a respeito dos processos violentos de que o Brasil sofreu na época da colonização do Brasil, a qual ocorreu a partir do ano de 1500. Portanto o artigo faz um passeio histórico partindo dos anos de 1500, passando pela escravização dos povos indígenas e transitando pela escravização dos povos africanos submetidos à escravidão pelas elites coloniais da época. Após isso o artigo apresenta as quatro principais leis de abolição da escravidão e procura tensionar uma discussão a respeito das reverberações dos mais de trezentos anos de escravidão no período posterior a 1888. O objetivo desse artigo é realizar um panorama histórico sobre o processo de escravização da negra no Brasil. Para a realização deste trabalho escolhemos como recurso metodológico a revisão de literatura. Diante do que foi apresentado no decorrer deste trabalho podemos considerar que desde os primórdios da colonização do Brasil as populações minoritárias como os indígenas e os africanos escravizados foram submetidos a diferentes tipos de violência, as quais repercutem até os dias atuais.

**Palavras-Chave:** Colonização; escravidão no Brasil; tráfico negreiro,

### **Resumen**

El presente artículo muestra un panorama histórico respecto a los procesos que Brasil sufrió en la época de la colonización, la cual ocurrió a partir del año 1500. Por lo tanto, el artículo realiza un paseo histórico a partir de los años 1500, pasando por la esclavitud de los pueblos indígenas y transitando por la esclavitud de los pueblos africanos sometidos a la esclavitud por las élites coloniales de la época. Tras lo anterior, el artículo muestra las cuatro leyes principales de la abolición de la esclavitud y busca tensionar una discusión al respecto de las reverberaciones de los más de trescientos años de esclavitud en el período posterior a 1888. El objetivo de este artículo es realizar un panorama histórico sobre el proceso de esclavitud negra en Brasil. Para la realización de este trabajo elegimos como recurso metodológico la revisión de literatura. Dado lo que fue

presentado en el transcurso de este trabajo, podemos considerar que desde los principios de la colonización de Brasil las poblaciones minoritarias como los indígenas y los africanos esclavizados fueron sometidos a diferentes tipos de violencia, las cuales repercuten hasta el día de hoy.

**Palabras clave:** Colonización, esclavitud en Brasil, tráfico negrero.

## **Introdução**

No ano de 2019, a Lei Aurea completou 131 anos de sua assinatura, ou seja, os negros tornaram-se “livres” das garras dos senhores de engenho e do trabalho forçado. Ao analisar a conjuntura desse movimento e as repercussões do período escravocrata podemos constatar que nunca houve de fato uma abolição das pessoas raptadas dos diversos Países do continente Africano e trazidas em condições desumanas para a terra do Pau-Brasil.

Portanto, a partir deste fato colocamos em questão que os mais de trezentos anos de escravização autorizada no Brasil e as reverberações deste processo histórico na fundação da nossa sociedade provocaram mudanças significativas na estrutura social do país. Fernandes (2017) salienta que é inegável a relação da colonização portuguesa com a formação da sociedade brasileira, deste modo, é inegável que a formação social do Brasil debruça suas raízes no sistema colonial.

## **Método**

O recurso metodológico escolhido para a construção deste artigo foi a revisão bibliográfica da literatura, a qual apresenta natureza exploratória e descritiva. Pois, segundo Gil (2002) a pesquisa bibliográfica é desenvolvida a partir de materiais que já foram elaborados, tais materiais se caracterizam por serem livros e artigos científicos. Este método é utilizado tem como objetivo realizar a descrição de características de determinados fenômeno (Gil, 2002). A pesquisa se caracteriza como exploratória, pois nosso intuito é proporcionar uma maior familiaridade com os temas abarcados pelos processos de colonização do território brasileiro e a escravização da população indígena e negra.

Por fim, caracterizamos a pesquisa como descritiva, pois o há a descrição de características de determinado fenômeno, estabelecendo relações com as ligações com os fatos mais relevantes e significativos (GIL, 2002).

## **A Invasão portuguesa mascarada de descobrimento.**

*“Colombo! Fecha a porta dos teus mares!”  
(O Navio Negreiro - Castro Alves)*

A costa ocidental do continente africano começou a ser saqueada pelos portugueses, os quais começaram por levar pequenas quantidades de produtos deste continente; tais como: ouro em pó, marfim, pimenta malagueta. No entanto, a partir de 1441 tem-se o início da retirada de pessoas, as quais eram encaminhadas a Portugal para que realizassem os trabalhos domésticos e as ocupações urbanas (FAUSTO, 1996).

O processo de colonização entrecruza-se pelas questões econômicas, territoriais e religiosas. Portanto, este sistema de colonização do território brasileiro teve seu início no século XV a partir da pressão econômica e religiosa exercida pelos demais reinos do continente europeu (GENNARI, 2011). Quando a descoberta do Novo Mundo inunda o imaginário europeu, o qual encontrava-se dividido entre o éden e o inferno (SCHWARCZ e STARLING, 2015), uma perspectiva complementa cristã qual iria ditar os caminhos da colonização.

Segundo Fausto (1996) no dia 9 de março de 1500, a maior frota que já havia deixado Portugal partiu com treze navios da localidade do Rio Tejo em Lisboa, o destino seria, aparentemente, às Índias. Após a frota comandada por Pedro Álvares Cabral passar pelas Ilhas de Cabo Verde, tomou rumo a oeste, afastando-se assim da costa africana. Na sua chegada, na data de 21 de abril de 1500 os tripulantes apenas realizaram uma breve descida à terra, ancorando no litoral da Bahia, em Porto Seguro, apenas no dia seguinte.

Quando os colonizadores ao olharem a imensidão desconhecida projetavam as informações que circulavam o imaginário Ocidental cristão, o qual era alimentado pelos sonhos de riquezas como pedras preciosas, sedas, madeiras raras, chás e especiarias, ouro e prata, como as existentes nas Índias Orientais (PRIORE, 2016).

Assim como os demais reinos do continente europeu a capital de Portugal, Lisboa, passou a demonstrar um grande interesse na ampliação do comércio, o qual era uma fonte de enriquecimento poderosa (GENNARI, 2011).

Tão logo os portugueses chegaram ao continente perceberam que raros eram os sonhos projetados, aqui a realidade se mostrava tal qual era na época (PRIORE, 2016).

No momento em que os europeus chegaram ao território encontraram uma população ameríndia homogênea. No que tange aos termos culturais e linguísticos, eles estavam distribuídos ao decorrer da costa e na bacia dos Rios Paraná-Paraguai (FAUSTO, 1996). Priore (2016) salienta que os essa população citada por Fausto (1996) também era chamada de *brasís* pelos portugueses, e estes os ensinaram a utilizar a variada flora tropical na sua vida prática.

Em uma grande parte territorial do litoral, bem como nas partes acessíveis do interior, os portugueses constataram que havia sociedades que compartilhavam determinadas características comuns à cultura tupi-guarani (PRIORE, 2016). Fausto (1996) afirma que a população ameríndia que residia aqui pode ser dividida em dois grandes blocos, os Tupis-Guaranis e os Tapuias.

Os tupis, denominados Tupinambás dominavam a faixa litorânea do Norte até a Cananéia, no sul do Estado de São Paulo, enquanto que os Guaranis estavam localizados na bacia Paraná-Paraguai no trecho do litoral entre a Cananéia e o extremo sul do território (FAUSTO, 1996). Essa parcela populacional indígena litorânea acabou por entrar em contato com europeus, não só portugueses, mas também com os franceses, com os ingleses e com os castelhanos (PRIORE, 2016).

Fausto (1996) ressalta que embora haja uma localização geográfica diversa entre os tupis e os guaranis, estes dois grupos são falados em conjunto em decorrência das semelhanças linguísticas e culturais encontradas nesses dois grandes grupos e Priore (2016) destaca que os europeus reduziram o cenário populacional indígena em duas grandes categorias genéricas compostas pelos tupis e pelos tapuias.

O restante do território do Brasil era habitado por sociedades de índios não tupis, os quais eram desconhecidos e representavam dezenas de famílias linguísticas distintas, esses foram denominados Tapuias (PRIORE, 2016).

No que se referem ao grupo que difere dos tupis-guaranis, temos os índios Tapuias, os quais eram vistos pela ótica dos Tupis-Guaranis como os índios que falavam outra língua. Esses constituíam o grupo composto pelos Goitacazes, que ocupavam a foz do Rio Paraíba; pelos Aimorés que habitavam a região sul da Bahia e norte do Espírito Santo; os Tremembés que estavam na faixa entre o Ceará e o Maranhão (FAUSTO, 1996).

Ao analisarmos os textos de Fausto (1996) e Priore (2016) podemos verificar que Priore (2016) evidencia dois grandes grupos, os Tupis e os Tapuias, enquanto que Fausto (1996) também realiza a separação desses dois grandes grupos, mas difere de Priore (2016) no sentido que realiza uma nova subdivisão nos grupos dos Tupis, destacando que esses eram compostos por índios Tupis e índios Guaranis.

Durante este processo de colonização, o território chamado Brasil atualmente, era conhecido, por um longo período de tempo, como a terra dos “Papagaios”, posteriormente foi chamada de “terra de Santa Cruz” e por fim, por causa da madeira que crescia aqui, a qual produzia tinta vermelha (pau-brasil), ficou conhecida como Brasil (PRIORE, 2016).

Nesse processo de expansão econômica e territorial, por volta de 1530 outras nações começam a despertar desejo pelo território nacional, onde se encontravam grandes quantidades de índios e suas riquezas (GENNARI, 2011), como por exemplo, toras de madeira da árvore chamada de pau-brasil.

Os colonizadores oficiais, os quais iniciam o processo violento de aculturação e roubo das riquezas do território eram caracterizados por serem súditos fiéis que estavam a serviço da glória do rei e dos católicos, os quais obedeciam ao papa e podem ser caracterizados como os fidalgos, como os navegadores e como os exploradores profissionais, incluindo os padres e comerciantes europeus (SCHWARCZ e STARLING, 2015).

Por volta de 1534 as relações estabelecidas entre os indígenas e os portugueses começaram a sofrer alterações, chegando ao fim a fase de dependência dos brancos em relação aos nativos, portanto tais relações

começam a se alterar, pois o estilo de vida e também as instituições europeias começaram a se entranhar na cultura local dos indígenas (PRIORE, 2010).

As formas de controle que os portugueses exerceram na população indígena perpassavam as questões do imaginário religioso dos mesmos. A ideia colonizadora e expansionista da igreja católica fez com que a chegada dos portugueses representasse um verdadeiro desastre. No imaginário dessa população os portugueses, em especial os padres foram associados aos grandes xamãs, os quais andavam pela terra indo de aldeia em aldeia prometendo-lhes fartura. Ao mesmo tempo em que os brancos eram respeitados, eles também eram temidos e odiados (FAUSTO, 1996).

Relevante salientar que os primeiros dois séculos que sucederam à data da ocupação foram destinados à sobrevivência das pessoas que aqui aportaram. Com isso pode-se constatar que os dias foram destinados ao trabalho dos portugueses e a aprendizagem dos gestos dos nativos desta terra, a fim de manterem-se vivos. Nesta dinâmica, os portugueses não afetaram diretamente na vida e autonomia dos povos indígenas (PRIORE, 2016).

No entanto, é no instante em que a agricultura começou a ocupar o lugar do escambo, os colonizadores portugueses começam a virar o jogo, com isso, o indígena passa a ser tido com obstáculo e força de trabalho. Pois, por ser livre a população indígena resiste ao trabalho forçado, fazendo com que os colonizadores não conseguissem obrigá-los ao trabalho forçado (GENNARI, 2011).

Neste processo de colonização, podemos observar que desde o processo da chegada dos portugueses neste continente, a população indígena começa a perder seu espaço territorial, ou seja, o espaço que antes era coletivo, da comunidade indígena, passa a ser um espaço privado, dos donos dos latifúndios.

Eles são tidos como obstáculo pelo fato de serem vistos como parte da resistência para o processo de ocupação da terra e força de trabalho para colonizá-la. É então, durante esse processo que a principal preocupação passa a ser encontrar os meios de submetê-los, sujeitá-los, escravizá-los e também de negociá-los (PRIORE, 2016).



Pelo entendimento de Gennari (2011) escravo seria o trabalhador agrícola que pudesse ser obrigado a executar as funções a partir das condições que eram impostas pelo dono da plantação.

As partir de textos escritos naquela época torna-se possível verificar as singularidades culturais dos povos indígenas do Brasil, e também o violento processo de aculturação ocasionado pelo contato da população indígenas com a população indígena, o qual se utilizou de métodos de integração, exploração e destruição das comunidades indígenas (PRIORE, 2016).

Cabe destacar que as representações a que temos acesso foram criadas a partir de um olhar completamente europeu, sendo pautadas por convenções ocidentais. O que dá lugar a uma projeção de estereótipos indígenas como sujeitos decaídos, porém sossegados, o que fez com que se misturasse tudo desde animais fantásticos à alegorias clássicas e indígenas escravizados (SCHWARCZ e STARLING, 2015).

Como um exemplo do processo de aculturação ocasionado pela integração dos costumes do homem branco aos costumes da comunidade indígena temos o processo de miscigenação. Priore (2016) destaca que na tradição tribal a única forma de manter uma relação pacífica com os estranhos que aportaram na costa deste território era a partir da integração resultante de casamentos, o que geraria uma forma de parentesco. Os casamentos eram realizados com uma das mulheres da aldeia, o que tornava, em um primeiro momento, o homem branco estrangeiro um genro ou cunhado, e posteriormente um pai, um tio, um avô.

Neste processo colonizador, pode-se perceber que dois poderes da sociedade exerceram influências na aculturação sujeitos indígenas que viviam no Brasil: a Igreja, a partir dos jesuítas que tentaram cristianizar os indígenas e o Estado, Portugal, que via neste território uma possibilidade de enriquecimento e expansão territorial. Como afirma Schwarcz e Starling (2015) a invasão europeia foi uma grande catástrofe com proporções terríveis para os nativos deste território, pois os povos indígenas foram obrigados a abandonar as suas crenças religiosas e os seus costumes milenares, foram obrigados a trabalhar como escravos em favor da colonização.

Porém, devemos reconhecer que este foi um processo violento que dizimou grande parte da população indígena através de doenças, trabalho forçado e homicídio. Como afirma Fausto (1996) a população indígena sofreu duas grandes e violentas ondas epidêmicas entre os anos de 1562 e 1563, o que resultou na morte de mais de 60 mil indígenas. As doenças trazidas pelos portugueses, como o sarampo, a varíola e a gripe liquidaram milhares de nativos, o que fez com que a grande parte dos indígenas dedicados a plantar gêneros alimentícios morresse e provocasse fome no Nordeste.

Porém, encontramos em Gennari (2011) que a maior parte das mortes da população indígena não ocorreu devido aos problemas de saúde trazidos pelos europeus, como evidenciado por Fausto (1996), mas pelo fator de esgotamento físico provocado pelo trabalho forçado em excesso em conjunto com as condições subumanas que foram submetidos durante o processo escravista. Nesse sentido podemos verificar a existência de discordâncias epistemológicas entre esses dois autores.

### **Povos Indígenas do Brasil Colônia: de donos da terra à escravos**

*“Já que depois de mais de cinco séculos e de ene ciclos de etnocídio o índio vive, em meio a mil flagelos. Já tendo sido morto e renascido.”*  
(Música Demarcação Já!)

Para pensarmos a escravidão no Brasil, torna-se necessário entender que a escravidão é uma herança da humanidade antiga, como por exemplo, os povos da Grécia Antiga, Roma e região da antiga Mesopotâmia. Cada uma dessas civilizações conheceu a escravidão e as relações humanas de maneiras distintas. Portanto, a partir do ponto de vista de um país colonizado por Portugal, não podemos culpabilizar, exclusivamente, Portugal por esse processo sócio histórico de violação da liberdade humana.

O processo de escravidão no Brasil tem seu início com a população indígena. Como afirma Garcia (2010), a população indígena consiste em um grupo étnico praticamente ausente na historiografia brasileira, eles são colocados

em uma posição passiva de vítimas do processo de colonização, conquistas e acultramento.

Priore (2016) destaca que os índios eram vistos como propriedade dos brancos, sendo registrados nos documentos da época como “negros da terra”, isso faz com que pensemos a respeito do que Kilomba (2010) debate a respeito da legitimação e manutenção das estruturas da exclusão racial. Neste sentido, o pensamento colonizador partia da premissa de “Eles/elas querem tomar o que é Nosso, por isso têm de ser excluídos(as)”, no entanto a informação original do “Estamos tomando o que é Deles(as), passa a ser negada e reconfigurada para o ponto de vista colonizador que parte do pensamento de “Eles/Elas estão tomando o que é Nosso” (KILOMBA, 2010).

Durante o percurso de colonização do território brasileiro a escravidão da população indígena chocou-se com uma série de impropérios, para respaldar os fins pretendidos pela colonização, a cultura indígena era vista como incompatível para os europeus que pretendiam uma forma de trabalho intensivo, regular e compulsório. Portanto, para os indígenas a produtividade ocasionada pelo trabalho intermitente era completamente estranha a esta população que tinha em seu modo cultural a produção para a subsistência (FAUSTO, 1996).

Para que a população indígena se submetesse a esse tipo de trabalho e perdesse sua cultura, os colonizadores portugueses recorreram a uma estratégia simbolicamente violenta, para a inserção na sociedade: os aldeamentos. No sentido histórico os aldeamentos eram os espaços criados e coordenados pelos jesuítas para que a população indígena vivesse.

É necessário destacar que até recentemente a historiografia brasileira abordava os aldeamentos partindo da ótica do Estado colonial, dos moradores ou então dos missionários (GARCIA, 2010). Cunha (2012) afirma que os aldeamentos eram divididos em dois tipos, os aldeamentos religiosos e os aldeamentos civis, ambos jamais conseguiram se autor reproduzir biologicamente.

O processo de reprodução dos aldeamentos era predatoriamente realizado na medida em que os índios das aldeias foram alistados nas tropas de resgate

de forma compulsória. Este processo ocorre para que houvesse um preenchimento das lacunas deixadas pelos seus predecessores, portanto esta população indígena descia dos sertões com novas levas de índios (CUNHA, 2012).

Essas aldeias contavam com a presença de um missionário jesuíta, ou qualquer outra autoridade leiga, encarregada de realizar o processo de acultramento desses sujeitos, a partir da imposição da catequização e os ensinamentos dos conceitos do “bom cristão”. Pois os colonos europeus tinham em mente o conceito de “bom cristão”(GARCIA, 2010).

Este conceito de “bom cristão” perpassava por questões de aquisição dos hábitos de trabalho europeu, o que criaria um grupo de cultivadores indígenas que fossem flexíveis às necessidades da Colônia Portuguesa (FAUSTO, 1996).

Segundo Garcia (2010) os aldeamentos eram locais que tinham o intuito de inserir os índios na sociedade colonial a partir do conceito de “bom cristão” evidenciado por Fausto (1996). Ou seja, apoiando-se no instrumento do aldeamento teve início o processo de redefinição das identidades e culturas indígenas (GARCIA, 2010).

Com um olhar indiferente os portugueses acreditavam que o destino da população indígena que aqui vivia deveria ser o desaparecimento, o qual ocorreria conforme a sociedade colonial fosse se desenvolvendo e expandindo (GARCIA, 2010).

Basicamente existiram duas grandes tentativas políticas para transformar a população indígena em escravos, as quais não se equivalem de forma alguma. Uma delas foi realizada pelos colonos portugueses a partir de um cálculo econômico desumano, que constitui a escravidão; a outra tentativa parte por uma via religiosa, a qual tem em seus alçózes os jesuítas os que colocam em primeiro plano suas concepções missionárias para transformar os indígenas em cristãos, tentando, desse modo, realizar um acultramento das suas origens (FAUSTO, 1996) e conseqüentemente conseguir explorá-los.

Devemos considerar que nos primórdios do Brasil colonial, a população indígena foi tida como um simples, mas potente, objeto de políticas distintas e de

disputas com determinados agentes, porém eles não são vistos como sujeitos com potencialidade de atuação na construção do espaço dos aldeamentos (GARCIA, 2010).

A exploração escrava dos índios no período de 1530 a 1600 ocorreu a partir do cultivo de cereais, de algodão e do café (GENNARI, 2011) e durou até o século XVIII (PRIORE, 2010). Segundo Priore (2011), no planalto paulistano o contingente de escravos indígenas foi absorvido pelas pequenas produções de trigo que serviam para o consumo interno, enquanto que por outro lado a percentagem de escravos indígenas envolvidos na produção do açúcar foi decaindo à medida que os senhores de engenho enriqueciam e conseguiam traficar africanos para assumirem esses postos de trabalho.

Gennari (2011) aponta que em São Paulo a escravidão indígena durou até entorno de 1820; no Maranhão a escravidão indígena só foi atingir seu fim parcial no século 18; a economia paraense se aproveita de forma integral da mão de obra indígena até o período de 1754.

Neste processo de escravização e, posteriormente, descarte do trabalho indígena surge às políticas Pombalinas. As políticas pombalinas evidenciam uma constante negociação com os índios, o que repercute ainda hoje na nossa sociedade, pois os índios do presente, principalmente os que habitavam as aldeias que foram fundadas no período do Brasil Colônia, deveriam ser integrados rapidamente ao conjunto da população (GARCIA, 2010).

Tais políticas orientavam a extinção da categoria dos índios aldeados, através da promoção da diluição da sua no restante do conjunto da população (GARCIA, 2010). A partir de Garcia (2010) encontramos que os indígenas, assim como outros sujeitos históricos em posição subalterna, aprenderam a utilizar tal política em benefício dos seus interesses.

Ao analisarmos a conjuntura estatal do país podemos considerar que a escravidão indígena não conseguiu vislumbrar um fim, pois diante dos processos de violência e violação a qual são submetidos eles acabam, ainda hoje, ocupando um local marginalizado na sociedade e acabam por continuarem em condições de escravos, pois são marginalizados e vistos como estranhos. Não acessando de

forma efetiva o ensino superior e passando por um processo de desvalorização do seu trabalho, visto que trabalham muito e ganhando pouco.

Como afirma Schawarcz e Starling (2015), enquanto o território brasileiro era considerado um verdadeiro “Paraíso” para os senhores de engenho, os quais aproveitaram de todas as suas riquezas, este mesmo território era um verdadeiro inferno para os índios e negros escravizados.

### **Escravização dos povos africanos**

*“Me jogue no oceano com meus ancestrais que pularam dos navios porque sabiam que a morte era melhor do que a escravidão.”*

(Filme: Pantera Negra)

Priore (2010) destaca que embora no planalto paulistano a escravidão indígena tenha durado até o século XVIII e que nesta localidade, partir da sua produção de trigo para o consumo interno, a percentagem de escravos índios envolvidos na produção de açúcar foi baixando, à medida que os donos de engenhos enriqueciam, e podiam, portanto, importar africanos. Ainda segundo Priore (2010) esse processo tem seu início a partir da segunda metade de do século XVI, principalmente nos estados da Bahia.

Nogueira (1998) evidencia que ao realizarmos o importante trabalho de resgatar historicamente os acontecimentos, torna-se necessário pontuar que o processo de tráfico negreiro para o Brasil teve seu início na segunda metade do século XVI. Neste processo os sujeitos negros eram enviados para exercerem o trabalho braçal nas fazendas.

Nesse sentido, Priore (2010) também evidencia que no início do processo de colonização do território brasileiro a população indígena foi utilizada como mão de obra barata. Posteriormente, através de um jogo econômico passou-se a utilizar o trabalho escravo da população africana (PRIORE, 2010), pois desde o século XV, no Sul de Portugal e posteriormente nas ilhas do Norte da África, a

escravidão de negros em associação com engenhos de açúcar era uma atividade comum. (PRIORE, 2010).

O processo de tráfico de africanos se intensifica no decorrer dos séculos XVI e XVII, pois a importação de africanos no território brasileiro vinha a cobrir a falta de mão de obra indígena (PRIORE, 2010). Priore (2010) destaca que esse processo ocorre por causa das epidemias e as altas taxas de mortalidade dos indígenas em decorrência ao trabalho forçado, associado à fuga de tribos de nativo inteiras. Por tanto, todo esse processo de resistência acaba por inviabilizar o trabalho escravo da população indígena.

No entanto, Gennari (2011) apresenta o argumento de que a substituição do escravo indígena pelo negro em decorrência da população africana ser vista como mais resistente às doenças não consegue se sustentar.

O crescimento do tráfico atlântico imediatamente após à abertura dos portos coloniais ao comércio internacional ocorreu no ano de 1808 e acentuou à intensificação do número de desembarques de africanos e corresponde a uma grande fatia da escravaria adquirida pela elite colonial, a qual passa a deter mais de 60% dos cativos (FLORENTINO, 2009).

No que tange ao tráfico negreiro, Nogueira (1998) salienta que os escravos que chegavam ao território do Brasil eram provenientes de várias regiões da África, portanto falavam diferentes línguas. Isso faz com que a resistência contra esse processo violento diminua consideravelmente em um primeiro momento. Torna-se importante destacar que durante o processo de colonização dos territórios americanos, e conseqüentemente o processo de tráfico da população negra para servir como mão de obra barata, ou seja, a mão de obra escrava, fez-se uso da violência estatal contra as minorias étnicas e também contra população negra como principal forma de controle a utilização (DAVIS, 2018).

Segundo Florentino (2009) entre os grandes tráficos da Época Moderna a história do comércio de negros para a região do Brasil é, talvez, a que se menos tenha conhecimento. Todavia esse desconhecimento fortalece a apresentação de soluções artificiais para problemas teóricos e de interpretação mais densos e profundos.

Para Kilomba (2010) os colonizadores fizeram o uso de políticas sádicas de dominação e conquista em seus regimes brutais, uma dessas políticas era o silenciamento dos escravizados, os quais são vistos como “os outros(as). Quantitativamente o Brasil absorveu no século XVIII quatro entre cada dez escravos que eram traficados para as Américas Portuguesa, ou seja; muito mais do que uma simples mão de obra barata, a escravidão tinha um potente mecanismo de funcionamento de separação dos sujeitos (FLORENTINO, 2009).

Segundo Gennari (2011) essa mão de obra barata trazida para as Américas Portuguesa eram privadas de alimentação adequada, tinham seus corpos expostos às intempéries, vivenciando inúmeros tipos de violências. Segundo esse autor todo o processo de violências tinha seu início no momento da captura e perdurava durante a viagem para o Brasil, a qual poderia durar meses.

O tráfico negreiro era tido como um importante circuito interno de acumulação de riqueza, que detinha grande autonomia diante do capital mercantil internacional (Florentino, 2009), pois o sistema escravista enxerga na sua máxima rentabilidade o elemento que define a velocidade do seu esgotamento físico (GENNARI, 2011). Podemos observar que o processo de tráfico negreiro possuía uma grande força econômica no período da escravidão.

Os lucros gerados por esse violento processo econômico fizeram com que os mercadores de escravos se tornassem a mais importante fração da elite brasileira, e conseqüentemente dava-lhes o poder de influenciar decisivamente os destinos que o Estado tomaria (FLORENTINO, 2009).

Para Gennari (2011) a razão do processo econômico da escravidão se dava no triangulo comercial que une a Europa, a África e o Brasil. Ou seja, a Europa comprava sujeitos africanos a um baixo custo nos portos do Continente Africano e traficava-os para as Américas, onde eram vendidos a um preço alto, essas riquezas adquiridas a partir desse comercio voltavam para a Europa.

A contribuição do processo de compra e venda de escravos perpassa pela objetificação dos corpos dos negros, a população africana era vista como uma espécie de objeto, o qual poderia ser usado da maneira que os seus compradores bem entendessem (FLORENTINO, 2009).



No período compreendido entre as décadas de 1790 e 1830 os africanos que chegaram traficados ao Porto do Rio de Janeiro supriam a demanda da capitania de Minas Gerais por via terrestre, a qual a partir da sua economia voltada para o mercado interno absorveu 40% dos escravos vendidos e revendidos pelos traficantes do Rio de Janeiro (FLORENTINO, 2009).

Durante os anos de 1810 a 1850 (quase meio século) as elites brasileiras conseguiram resistir às pressões britânicas que tensionavam o fim do tráfico negro (FLORENTINO, 2009). Segundo Nabuco (2012) existia um núcleo de pessoas que se identificavam com o pensamento do movimento abolicionista. Segundo ele a abolição não tinha, até o momento, uma emenda constitucional, pois ninguém sonhara para o negro para o negro a alforria e os direitos como cidadão.

Historicamente esse processo bárbaro de desumanização se repete constantemente, tendo dois grandes fatos que deveriam ser lembrados em mesma densidade (FLORENTINO, 2009). Esses fatos históricos são formas de manifestações discriminatórias vivenciadas pela história da humanidade tais como: o regime de escravidão; os campos de concentração nazistas, as leis de Jim Crow no Sul dos Estados Unidos e o também o apartheid na África do Sul (KON, ABUD e SILVA, 2017).

Essa foi uma das artimanhas utilizadas para distanciar os negros dos sujeitos brancos, pois a partir do momento em que um sujeito deixa de ser um ser humano e passa a ser um simples objeto todos os tipos de violências sádicas são permitidas e autorizadas (FLORENTINO, 2009).

Podemos dividir o período que se estende de 1790 a 1830 em três intervalos. O primeiro intervalo, que se inicia em 1790 e vai até 1810 foi caracterizado por ser um período de certa estabilidade do tráfico negro, pois índice de desembarque médio foi de 9.967 escravos por ano. O segundo período se estendeu de 1811 até 1825; neste período podemos observar que em decorrência da abertura dos portos coloniais para o comércio internacional resultou na duplicação da quantidade média anual de tráfico de escravos, ou seja se no período de 1790 a 1810 o número de escravos traficados foi de 9.967, no

período seguinte esse número chegou a 20.908 sujeitos escravizados, ou como eram chamados pelos traficantes e senhores de engenho: peças.

Nesse sentido Gennari (2011) coloca que os escravos traficados e vendidos eram chamados de peças e recebiam como comida uma ração para que não morressem de fome. No processo de tráfico negreiro e toda sua conjuntura e ambição econômica, navios que poderiam transportar com segurança no máximo 100 sujeitos, transportavam 200 sujeitos, ou peças. Obviamente sabia-se que nesse processo de tráfico cerca de 80 escravos teriam como último fim a morte durante a travessia do atlântico, porém esse sistema continuava a ser seguido, pois era desumanamente mais rentável.

O terceiro período compreende o quinquênio dos anos de 1826 a 1830. Nesse período o volume de tráfico passa a ser determinado pelos tortuosos caminhos de reconhecimento da independência do Brasil, a qual ocorreu no ano de 1822 (FLORENTINO, 2009).

Davis (2016) evidencia que o sistema escravista tinha a definição de que a população negra era sua propriedade. Nesse sentido, homens e mulheres eram vistos da mesma forma, como unidades de trabalho lucrativo para os seus proprietários. Assim como em todo o processo de colonização, onde os colonizadores interpretavam o “Estamos levando o que é deles(as) como “Estão pegando o que é nosso” (KILOMBA, 2010).

Em decorrência da eminência do fim do tráfico negreiro, mas com grande capacidade de reunir recursos financeiros, as elites escravocratas da região sudeste iniciaram um processo de compra desenfreada de africanos. Todo esse processo se dá antes da validação do tratado de 13 de março de 1827. Tal tratado estipulava que três anos após aquela data chegaria o fim do tráfico transatlântico (FLORENTINO, 2009).

Durante o século XVIII houve o predomínio da região Congo-angolana como uma das principais fontes de exportação de escravos africanos para a região do Rio de Janeiro, tais escravos eram traficados através dos portos de Luanda e de Benguela. Portanto, podemos considerar que 88% dos africanos traficados eram da região da África Central Atlântica, e 11% era afro-ocidentais,

apenas 1% dos escravos traficados eram originários da África Oriental (FLORENTINO, 2009).

Para elucidar a dinâmica econômica de compra e revenda dos africanos, abaixo encontra-se uma tabela abaixo. Nesta tabela é possível observar os dados relativos ao volume de africanos revendido para as regiões do Porto de Santos e do Rio Grande do Sul, entre os anos de 1810 a 1812, representavam cerca de 6% a 13% como sugere Florentino (2009). Importante salientar que o autor destaca que tanto Santos, quanto o Rio Grande do Sul são tidos como zonas periféricas da colônia.

O incremento ocasionado pelos desembarques de africanos em terras brasileiras para o trabalho forçado provocou o aumento da diferenciação socioeconômica entre os homens livres (FLORENTINO, 2009).

A capitania do Rio de Janeiro abastecia, por via marítima, boa parte da demanda de escravos africanos do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e São Paulo e em uma menor escala para o Espírito Santo. Nessas regiões os escravos eram colocados para o trabalho forçado na agricultura que estava voltada para o mercado interno e externo, na pecuária e nos trabalhos domésticos e artesanais (FLORENTINO, 2009).

Cabe destacar que todo esse processo era dinâmico e não estanque, ou seja, ao mesmo tempo novos navios carregados com escravos chegavam ao Brasil, uma parcela dos escravos que aqui estavam conquistavam a sua alforria. Obviamente que não podemos considerar que os escravos alforriados representassem uma grande parcela na sociedade brasileira, pois este era um processo demorado e que exigia aquisições financeiras, ou então a alforria dada pelos senhores de engenho.

Como afirma Gennari (2011), quando realizamos a análise dos mais de três séculos de escravidão podemos perceber que existiam negros livres e. Negros escravizados, cativos submetidos aos trabalhos formados nas plantações das fazendas, ou nas minas convivendo e trabalhando conjuntamente com negros alforriados que estavam a passar fome e também com outros

TABELA 1 – PERFIL DO COMÉRCIO DE ESCRAVOS AFRICANOS DO PORTO DO RIO DE JANEIRO COM ANGOLA, BENGUELA, RIO DE JANEIRO, MINAS GERAIS, SANTOS E RIO GRANDE DO SUL, 1810-1812

	1810				1811				1812			
	#	%	Valor	%	#	%	Valor	%	#	%	Valor	%
Escravos importados de Angola e Benguela	13.954	100	925:560\$000	100	13.612	100	862:700\$000	100	11.238	100	692:789\$000	100
Escravos exportados para R. G. do Sul	552	4.0	66:816\$000	7.2	1.174	8.6	143:787\$600	16.7	1.168	10.4	175:035\$300	25.3
Escravos exportados para Santos	320	2.3	40:960\$000	4.4	248	1.8	31:744\$000	3.7	299	2.7	38:272\$000	5.5
Escravos exportados o Rio de Janeiro	6.977	50.0	638:695\$511	69.0	6.806	50.0	917:033\$634	106.3	5.619	50.0	524:926\$980	75.8
Escravos exportados para Minas Gerais	6.105	43.7	1:117:740\$030	120.8	5.384	39.6	1:450:869\$552	168.2	4152	36.9	775:759\$680	112.0

FONTES: Resumo dos Mapas de Importação e Exportação... 1808-1814. Arquivo Nacional Junta do Comércio caixa 448 pacote 1; Inventários Post-Morтем 1789-1830 (Arquivo Nacional).

negros que já eram donos de uma certa quantidade de escravos, era possível ver, também negros expropriados de todo fruto do seu trabalho convivendo com os negros que os usurpavam da remuneração da sua labuta.

Ao revisitarmos este processo histórico de tráfico negreiro para as Américas, podemos levantar a seguinte questão: quem eram os sujeitos escravizados? Para essa questão Florentino (2009) afirma que três entre quatro escravos transportados do interior das regiões africanas para o litoral africano, onde estavam os navios eram prisioneiros de guerra.

Vale ressaltar que durante o tráfico atlântico e o processo de escravidão, População Negra e Família não eram vistas como algo para estarem lado a lado. Pois, para os colonizadores seria a partir dessa junção que as revoltas poderiam ser muito mais eficazes. Como afirma Gennari (2011) não ter vínculos com os seus parceiros de cativeiro, não falar a mesma língua acaba por dificultar as relações, impossibilitando, em um primeiro momento, ações coletivas de resistência e também de transmissão da experiência de luta acumulada.

No entanto, vida familiar escrava, até pouco tempo não era vista como um objeto legítimo a ser pesquisado, pois se afirmava que o desregramento e a promiscuidade eram traços marcantes das escravizados.

Davis (2016) ainda destaca que nas relações de dominação exercidas pela escravidão a mulher negra escravizada era vista a priori como uma trabalhadora em tempo integral, é somente depois disso que era seria atravessadas por outros papéis sociais como o de esposa, mãe e dona de casa.

A partir do que Davis (2016) aborda podemos averiguar que nos Estados Unidos da América, o processo se assemelha com o do Brasil, pois quando a abolição começa a demonstrar que iria a ameaçar a expansão territorial da indústria do algodão, a classe proprietária dos escravos se vê forçado a contar com a reprodução natural como método mais seguro para que ocorresse a reposição e manutenção e ampliação da população de escravas e escravos domésticos, a partir disso a capacidade reprodutiva dos escravos passa a ter valor. Podemos verificar que os escravos no período colonial eram tidos para dois objetivos explícitos: o trabalho forçado e o estupro.

Como afirma Prado (1989) à outra função do escravo, ou primeiramente da mulher escravizada, era ser um instrumento que satisfizesse as necessidades sexuais dos seus donos e também dos dominadores. Com isso temos na população negra a diminuição desse sujeito ao nível primário e puramente animal de ser tido apenas como um objeto sexual e um meio para reprodução.

### **A continuação da escravidão vestida de liberdade**

*“Não sou descendente de escravos. Eu descendo de seres humanos que foram escravizados”*  
(Makota Valdina)

A abolição da escravidão ocorreu a partir de tensionamentos internacionais e através das lutas dos abolicionistas. Por mais de 300 anos não houve nenhum setor da sociedade brasileira que se interessasse em abolir o sistema escravocrata, pois todos os sujeitos que compunham a elite colonial do Brasil se mantinham à custa do trabalho escravo (GENNARI, 2011). Para Davis (2016) a abolição da escravatura era uma necessidade política urgente da época.

No entanto, o processo contraditório da abolição da escravidão no Brasil apresenta raízes muito mais profundas do que a simples assinatura da Lei Áurea através das mãos da Princesa Isabel, do Parlamento, do Exército ou das modificações racionais no pensamento das elites escravocratas (Moura, 1981).

Para Gennari (2011) as causas da abolição do sistema escravocrata no Brasil podem ser classificadas em cinco aspectos fundamentais. São eles: Os interesses econômicos das principais potências capitalistas da época, tendo uma ênfase especial à Inglaterra; nas possibilidades de se investimento; na política migratória dos países europeus que estavam interessados em encontrar uma forma de se livrar dos excedentes exorbitantes de desempregados que estavam provocando tensões sociais; na campanha abolicionista, a qual passou a contar com o apoio de diversos setores, tais como: a elite, as classes médias, os intelectuais, os trabalhadores, os estrangeiros conjuntamente com as forças que antes restava direcionadas a repressão das rebeliões escravas; e do vertiginoso

aumento das fugas dos sujeitos escravizados, os quais deram o tiro de misericórdia no combalido sistema escravista.

Moura (1981) separa as principais causas que determinaram a abolição da escravidão no Brasil em causas externas e causas internas. As causas externas compreendem seis aspectos, são eles: a pressão política e militar da Inglaterra; a formação do mercado produtor de açúcar em outras regiões; o aparecimento de um sucedâneo do açúcar de cana e a sua aceitação no mercado da Europa; a políticas migratórias ofensivas dos países europeus diante; os interesses das nações capitalistas; e a necessidade, por parte dos manufatureiros ingleses, de aumentar o mercado de consumo brasileiro (MOURA, 1981).

As causas internas do processo de abolição da escravidão foram divididas em oito: a abolição do tráfico com a Lei Eusébio de Queirós; a queda da produção e a crise estrutural do campo açucareiro e conseqüentemente a decadência do trabalho escravo; o aparecimento das primeiras indústrias de transformação exigindo a mão-de-obra livre; a rentabilidade mínima do trabalho escravo em comparação com o trabalho livre; o surto do café, o qual não se adaptava ao trabalho escravo e era desenvolvido com uma dinâmica interna que absorvia a mão-de-obra livre (ressaltamos que mão de obra era importada); a chegada dos imigrantes estrangeiros para realizar os trabalhos agrícolas; a Campanha Abolicionista, a qual contava com a participação da intelectualidade e da classe média; e as lutas dos próprios escravos contra o sistema escravagista (MOURA, 1981).

Para entendermos o lento processo abolicionista é necessário traçar uma linha cronológica com as quatro principais leis que, sequencialmente, promoveram a abolição da escravidão brasileira. As quatro leis são: Lei Eusébio de Queirós, no ano de 1850; Lei do Ventre Livre, no ano de 1871; Lei Saraiva-Cotegipe, mais conhecida como Lei do Sexagenário, no ano de 1885 e a Lei Áurea, no ano de 1888.

A extinção do tráfico foi uma etapa na marcha da Abolição (MOURA, 1981) 1981). No dia 4 de setembro de 1850 foi promulgada a Lei Nº 581, a qual é conhecida como Eusébio de Queirós. Esta lei estabelecia as medidas para que ocorre a repressão do tráfico de africanos para o território brasileiro.

O Artigo 1º desta lei diz que: “As embarcações brasileiras encontradas em qualquer parte, e as estrangeiras encontradas nos portos, enseadas, ancoradouros, ou mares *territoriaes* do Brasil, tendo a seu bordo escravos [...]” (BRASIL, 1850) serão “*apprehendidas* pelas Autoridades, ou pelos Navios de guerra brasileiros, e consideradas importadoras de escravos” (BRASIL, 1850).

A partir da promulgação desta lei e em decorrência dos vários sequestros de navio negreiro nos portos e nas águas territoriais do Brasil, faz com que as elites escravocratas comecem a levar a sério a interrupção desse desumano comércio de pessoas (GENNARI, 2011). No entanto, como afirma Gennari (2011), o desembarque de africanos no Brasil só vai ser interrompido seis anos depois, pois existiam outros fatores que garantiam a continuidade dos negócios dos traficantes.

Dando seguimento ao processo abolicionista, vinte e um anos após a promulgação da lei Eusébio de Queiróz uma nova passa a entrar em vigor. A Lei do Ventre Livre, ou Lei Rio Branco foi publicada no dia 28 de setembro de 1871. Esta lei trazia no seu Artigo 1º que “Os filhos de mulher escrava que nascerem no Império desde a data desta lei, serão considerados de condição livre.”(BRASIL, 1871), porém logo no Artigo 2º pode-se perceber que tal liberdade era uma simples fachada, pois os filhos nascidos ficariam na tutela dos senhores de suas mães, os quais poderiam utilizar dos trabalhos das crianças até a idade de 21 anos completos.

Neste jogo de leis, percebemos que a garantia de liberdade para os escravos estavam andando a passos muito lentos, e as únicas pessoas que lucravam com tais processos continuavam sendo os senhores de escravos. Ou seja, a aprovação do conjunto de normas serve a única finalidade de cortar o impulso e os impactos das leis abolicionistas, garantindo que a escravidão continue por, pelo menos, mais duas gerações (GENNARI, 2011).

Gennari (2011) destaca outro ponto perverso neste processo, o autor afirma que os senhores de escravos se dedicavam a fraudar tais dispositivos legais, dando tratamento de escravo às crianças nascidas nas suas fazendas e vendendo-as em tais condições antes que o prazo de libertá-las se cumprisse.



Outro elemento também entra nesse jogo estratégico desumano: as Instituições de Caridade. Dentro dessas instituições existiam diversas enfermeiras que realizavam o falso registro de falecimento das crianças a elas confiadas, vendendo-as em seguidas nas condições de escravas enquanto suas mães estavam sendo alugadas pelos proprietários como amas de leite (GENNARI, 2011).

Conseguimos observar que, como traz Davis (2018) o movimento pela liberdade manifesta um interessante deslocamento entre “liberdade” e “direitos civis”. Portanto, dando liberdade aos negros escravizados também seria necessário dar-lhes direitos; direito de serem vistos como pessoas e não mais como animais, e é isso que os escravagistas não queriam.

Conseguimos observar tal resistência com a criação da terceira lei que se encaminhava para abolição dos escravizados, a Lei N.º 3.270 (Lei Saraiva-Cotegipe) conhecida também como a Lei do Sexagenário. Essa lei entrou em vigor no dia 28 de setembro de 1885 e visava garantir a liberdade para os escravos com 60 anos de idade ou mais. Segundo Gennari (2011) os sexagenários eram obrigados a prestarem serviços gratuitos a seus senhores por pelo tempo de mais três anos como forma de indenização em decorrência de sua alforria.

Porém, devemos pensar a respeito da expectativa de vida dos negros escravizados, que tinham uma jornada de trabalho forçado de no mínimo 12 horas, acrescida de moradia e alimentação precárias (GENNARI, 2011). Como afirma Gennari (2011) à junção desses fatores faz com que a expectativa de vida útil da maioria desses escravos não superasse a singela marca dos dez anos. Portanto, eram poucos os escravos que conseguiram aproveitar dessa lei.

Três anos após promulgação da Lei do Sexagenário foi promulgada a lei que daria “Liberdade” a todos negros escravizados no Brasil, depois de 388 anos de escravidão, açoites, mortes e estupros de mulheres. A Lei N.3.353 foi sancionada no dia 13 de maio de 1888, um pouco antes das treze horas foi assinada princesa regente do Brasil, Dona Isabel. Esta lei ficou comumente conhecida como Lei Áurea.

É interessante observarmos que durante todo esse lento processo de “libertação” dos negros escravizados o Estado e as elites escravocratas já estavam articulando a chegada dos imigrantes. Como afirma Gennari (2011) a imigração ganha significativa consistência no ano de 1887, quando a partir do impacto causado pelo movimento abolicionista o Estado brasileiro passa a assumir os custos da viagem do imigrante. Neste processo, segue Gennari (2011), no ano de 1888 o contingente de imigrantes salta de 32.112 para 92.086.

Davis (2018) ao destaca que o fim da escravidão em si não soluciona a miríade de problemas que foram criados por esta instituição, as correntes que prenderam os povos africanos poderia ser removida, mas se não nos debruçarmos em refletir criticamente as instituições que permitiram, e ainda permitem, a não incorporação das pessoas negras na sociedade democrática, a escravidão nunca terá sido abolida.

Portanto, como afirma Moura (1981) a Abolição da ira que foi realizada significou mais um compromisso do que uma mera solução, pois os problemas não resolvidos deixaram aderências e geraram forças negativas para população negra que permeiam nossa história social até os dias atuais.

Como salienta Davis (2016), é necessário que haja o entendimento de que a abolição do regime escravocrata não extinguiu e não extinguiu a opressão econômica para com a população negra, a qual necessitava de poder político (DAVIS, 2016).

### **A abolição da escravidão e o evidenciamento da discriminação racial**

*“A carne mais barata do mercado é a carne negra”*

(Música: A Carne, de Elza Soares”)

Quando olhamos para os processos de colonização das Américas, enfatizando a América Latina e a América do Norte, constatamos que o Brasil foi o último país da América Latina a abolir o regime escravocrata de negros. Em decorrência do tráfico negreiro o país ocupa o segundo lugar e População Negra

do mundo, estando atrás apenas da Nigéria (ARAÚJO, CRUZ, LOPES, FERNANDES, 2010).

Mas, antes de darmos um salto histórico precisamos refletir a respeito da repercussão do período pós-abolição. Segundo Albuquerque (2006) no dia em que a Lei Áurea foi assinada, cerca de 90 por cento dos escravos brasileiros já havia conquistado a sua liberdade, seja através de fugas ou então através das alforrias. Entretanto, tal regime ocasionou uma grande destruição sendo considerado um marco histórico de grande importância para a história dos negros e toda a população brasileira (ALBUQUERQUE, 2010).

Em contraponto cabe destacar que com a abolição da escravidão o sujeito negro brasileiro passou a ser visto como um conceito classificado pela sua cor, curiosamente de uma forma diferente da era escravista, onde eles eram classificados através da sua origem ou em decorrência da sua condição jurídica (SILVA, 2009).

Segundo Domingues (2011) quando os jovens sociólogos analisaram o período pós-abolição, perceberam que o preconceito de cor existia e era manifestado quotidianamente, contribuindo para que a ordem escravocrata continuasse latente na sociedade brasileira. Ou seja, os negros caracterizavam um alvo para a discriminação racial e conseqüentemente sofrem desvantagem no que se referia a estrutura socioeconômica do país, considerando a sua relação com os brancos.

Esse processo de discriminação racial acaba por limitar as chances de mobilidade sociedade social (DOMINGUES, 2011) e pode suas reverberações podem ser percebidas até os dias atuais.

Fernandes (2017) tece uma crítica muito interessante a respeito das reverberações do período pós-abolição ao questionar e corresponsabilizar a sociedade pelas formas como a população negra ficou ao antigo sistema de produção. Fernandes também crítica à indiferença da sociedade diante do drama humano intrínseco á abolição.

Segundo Domingues (2011), ao se referir ao pensamento de Fernando Henrique Cardoso e Otavio Ianni, destaca que o racismo contra o negro é uma

herança da escravidão. Ou seja, como podemos observar em Fernandes (2017) o antigo sistema de produção teve existo em deixar um solo fértil para continuação dos processos de violência contra as populações que já haviam sido escravizadas.

O preconceito contra o escravo foi ocasionado pelo imaginário pejorativo a respeito da cor negra e rapidamente se tornou um preconceito estendido a todos os afrodescentes, os quais são caracterizados como negros (SILVA, 2009). Ou seja, grande parcela do Brasil atual vivencia cotidianamente os reflexos dessa herança pejorativa que foi colocada nos africanos escravizados.

Importante destacar que o racismo não permaneceu estagnado depois que o regime de cativo dos negros acabou, pelo contrario, ele foi reajustado em desarmonia, assumindo novas funções, novas vertentes e roupagens que estão incluídas dentro de uma nova ordem (DOMINGUES, 2011).

No fim do século XIX, o qual se caracteriza por ser o período em que se deu a abolição da escravidão no Brasil, começam a surgir às teorias racialistas (SILVA, 2009) que separam continuam colocando os negros em um lugar inferior ao dos brancos. Essas teorias se transformaram em teorias eugênicas, em filosofias que pretendiam pregar a superioridade branca em relação ao negro e outras raças, essas teorias consideravam a raça negra inferior utilizando-se da ciência para comprovar argumentos de ordem puramente políticos (SILVA, 2009) e racistas.

### **Considerações Finais**

Desde a sua invasão o Brasil se tornou um ambiente nocivo para as minorias. Durante todo o período de colonização, passando pelo tráfico negreiro, e até mesmo após a abolição da escravidão as ideias de superioridade de uma raça em detrimento da outra permanecem vivas. Como podemos perceber o processo colonizador teve seu início no século XV e ainda hoje apresenta suas extensões.

Tal processo colonizador se dá a partir da união das forças entre as esferas econômicas, entre as conquistas territoriais e entre as expansões religiosas do cristianismo. Formando assim, a fórmula perfeita da perversidade e violência contra dois povos minoritários. Primeiramente as etnias indígenas Tupi-Guaranis e Tapuias foram às vítimas desse processo de perverso de conquista e controle, e posteriormente os africanos de diversos países da África.

Ambas etnias sofrem ainda hoje os reflexos do processo colonizador, pois foram colocadas na marginalidade da sociedade brasileira. No que se refere a população negra africana escravizada, podemos perceber que está viveu 388 anos sendo traficada, obrigada ao trabalho forçado e explorada, laboral e sexualmente, nos engenhos da elite escravocrata brasileira, somente após passar pelo lento processo de abolição conseguiu a sua “liberdade”.

Podemos perceber que entre a primeira lei assinada em 1850, a Lei Eusébio de Queiroz, a assinatura da última lei no ano de 1888, Lei Áurea, passaram-se trinta e oito anos. Com isso torna-se visível que a abolição dos negros neste território não era um desejo das elites brancas que se utilizavam dos corpos destes sujeitos para satisfazer seus anseios de rentabilidade financeira e sexuais.

A simples assinatura da Lei Áurea não é um evento que deve ser comemorado, pois a assinatura desta lei apenas assegurou o lugar do sujeito negro na marginalidade. Após a libertação dos sujeitos negros escravizados, estes passaram a ocupar as periferias, os morros, os lugares em que não se poderiam ter condições dignas de se viver que o lugar do negro na sociedade pós-abolição continua vivendo na base da pirâmide social, continua a não ser visto como um sujeito de direito. Este processo social apenas evidencia que o Brasil é um país racista, e que sua formação foi racista. Ou seja, podemos considerar que se a colonização europeia do território brasileiro é vista como os tijolos da construção deste país, o racismo, certamente, é o cimento que segura tal estrutura.

Por essa razão as políticas criadas durante os vários anos percorridos pelo país foram para garantir que a população negra não conseguisse ter acesso a

direitos mínimos. Inclusive, ao analisarmos a cronologia da chegada dos portugueses ao território brasileiro e chegando até os dias atuais, conseguimos perceber que o Brasil viveu 388 anos de escravidão e apenas 131 anos de abolição. Portanto, não somos um país livre nem a metade do período de tempo que fomos um país escravizador.

Diversas famílias foram dissipadas com a escravidão, diversas mulheres violentadas, diversos negros açoitados, diversos escravos preferiram a morte através do suicídio a se condicionarem a serem escravos. E atualmente vivemos os reflexos de tudo isso, pois a população negra continua sendo morta diariamente.

Lembrar a história de povo é uma forma de eterniza-los. Lembrar a história de um povo nos coloca diante das diversas dinâmicas que ocorreram na sociedade e continuam latentes nos sujeitos. Mas, lembrar a história de um povo deve servir para que a história não se repita. Como afirma Adorno ao se referir ao campo de concentração de Auschwitz, é necessário educação para que Auschwitz não se repita. Trazendo essa expressão para o nosso contexto, pedimos licença para podermos parafraseá-lo e afirmar: É necessário educação para que a escravidão não seja esquecida e não se repita.

## REFERENCIA BIBLIOGRÁFICAS

ALBUQUERQUE, W. “A vala comum da ‘raça emancipada’”: abolição e racialização no Brasil, breve comentário. **História Social: Revista dos Pós-Graduandos em História da UNICAMP**, p. 91–108, 2010. Disponível em: <<https://www.ifch.unicamp.br/ojs/index.php/rhs/article/view/317>>. Acesso em: 4 de agos. de 2019.

BRASIL. Lei no 581, de 4 de setembro de 1850. 1850. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/L0601-1850.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L0601-1850.htm)>. Acesso em: 19 de out. 2019.

\_\_\_\_\_. Lei no 2.040, de 28 de setembro de 1871. 1871. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/lim/lim2040.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/lim2040.htm)>. Acesso em 19 de out. 2019.

CUNHA, M. C. DA. Índios no Brasil: História, Direitos e Cidadania. Coleção Agenda Brasileira, p. 1–25, 2012. Disponível em: <<https://www.passeidireto.com/arquivo/18278059/manuela-carneiro-da-cunha-os-indios-no-brasil>>. Acesso em: 11 de abr. de 2019.

DAVIS, A. Mulheres, raça e classe. 1ª edição ed. São Paulo: Boitempo, 2016.

\_\_\_\_\_. A Liberdade é Uma Luta Constante. Edição 1ª ed. São Paulo: Boitempo, 2018.

DOMINGUES, P. J. “A redenção de nossa raça”: as comemorações da abolição da escravidão no Brasil. **Revista Brasileira de História**, v. 31, p. 19–48, 2011. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-01882011000200004&script=sci\\_abstract&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-01882011000200004&script=sci_abstract&tlng=pt)> Acesso em: 04 de mai. de 2019.

FAUSTO, B. História do Brasil. São Paulo: Edusp, 1996. Disponível em: <[https://www.intaead.com.br/ebooks1/livros/hist%F3ria/12.Hist%F3ria%20do%20Brasil%20-%20Boris%20Fausto%20\(Col%F4nia\).pdf](https://www.intaead.com.br/ebooks1/livros/hist%F3ria/12.Hist%F3ria%20do%20Brasil%20-%20Boris%20Fausto%20(Col%F4nia).pdf)>. Acesso em: 30 de set. de 2019.

FLEURY, H. J.; ABDO, C. H. N. Competência cultural do profissional de saúde sexual. **Educação Sexual: diagnóstico e tratamento**, v. 24, n. 11, p. 64–66, 2019. Disponível em: <[http://docs.bvsalud.org/biblioref/2019/09/1015339/rdt\\_v24n2\\_64-66.pdf](http://docs.bvsalud.org/biblioref/2019/09/1015339/rdt_v24n2_64-66.pdf)>. Acesso em: 08 de jul. de 2019.

FLORENTINO, M. Tráfico atlântico, mercado colonial e famílias escravas no Rio de Janeiro, Brasil, c. 1790-c. 1830. **História: Questões & Debates**, v. 51, p. 69–119, 2009. Disponível em: <<https://revistas.ufpr.br/historia/article/view/19985>>. Acesso em: 30 de abr. de 2019.

GARCIA, E. F. Os índios na história do Brasil. **Revista Brasileira de História**, v. 30 nº 59, p. 279–282, 2010. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-01882010000100015](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01882010000100015)>. Acesso em: 25 de mar. de 2019.

GENNARI, E. Em busca da liberdade: traços das lutas escravas no Brasil. 2. ed. São Paulo: Editora Popular, 2011.

KILOMBA, G. A máscara. Plantation Memories: Episodes of Everyday Racism [Memórias do Plantation: Episódios do Racismo Cotidiano], v. 16, n. 2014, p. 171–180, 2010. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/clt/article/view/115286/112968>>. Acesso em: 13 de abr. de 2019.

KON, N. M.; ABUD, C. C.; SILVA, M. L. D. O racismo e o negro no Brasil. São Paulo: Editora Perspectiva 1a ed. 2017.

MOURA, C. Rebeliões da senzala: quilombos, insurreições, guerrilhas. 3a edição ed. São Paulo: 1981. p. 282. Disponível em: <[https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4584886/mod\\_resource/content/2/14%20-%20Rebeli%C3%B5es-da-Senzala-Clovis-Moura\\_Completo.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4584886/mod_resource/content/2/14%20-%20Rebeli%C3%B5es-da-Senzala-Clovis-Moura_Completo.pdf)>. Acesso em: 05 de mar. de 2019.

PRIORE, M. DEL. Uma breve história do Brasil. São Paulo: Editora Planeta do Brasil LTDA, 2010.

\_\_\_\_. Histórias da Gente Brasileira - Brasil Colônia. São Paulo: LeYa. 2016.

SANTANA, B. **Quando me descobri negra**. São Paulo: Sesi-SP Editora, 2015.

SCHWARCZ, L. M.; STARLING, H. M. Brasil: Uma Biografia. São Paulo: Editora schwarcz S.A. 2015.

SILVA, K. V. **Dicionário de conceitos históricos**. São Paulo: Contexto. 2a edição. Disponível em: <<https://efabiopablo.files.wordpress.com/2013/04/dicionc3a1rio-de-conceitos-histc3b3ricos.pdf>> Acesso em: 24 de mar. de 2019.



**ARTIGO 2 – O ESTRESSE RACIAL COMO INSTRUMENTO DE  
ADOECIMENTO PSÍQUICO - UMA REVISÃO DE LITERATURA A RESPEITO  
DAS RELAÇÕES ENTRE ESTRESSE E RACISMO**

**EL ESTRÉS RACIAL COMO INSTRUMENTO DE ADECUACIÓN PSÍQUICA:  
UNA REVISIÓN DE LA LITERATURA SOBRE LA RELACIÓN ENTRE EL  
ESTRÉS Y EL RACISMO**

Resumo

Desde os primórdios da escravização dos povos africanos a população negra carrega o estigma do “ruim”. Esse foi o processo que justificou tamanha violência contra essa população. Atualmente vivenciamos os mesmos tipos de violência contra essa população, porém em âmbitos e atmosferas diferentes. A violência ocasionada pelo racismo e pela discriminação racial é um importante ponto de estudo para o campo da psicologia, pois reconhecemos que ela gera uma descarga de tensão no sujeito que, cotidianamente sofre tais violências. O estresse racial é portanto umas das manifestações dessa energia psíquica resultante dos processos de violação do indivíduo negro. Nesse sentido a pesquisa aqui apresentada busca investigar as relações existente entre o estresse e o racismo, sendo a junção deles um instrumento de adoecimento psíquico. Para isso foi realizada uma revisão sistemática nas bases de dados LILACS, Scielo e PePSIC, a fim de buscar evidências referentes à produção científica do Brasil neste campo de estudo. O objetivo deste estudo é identificar se existe relação entre o estresse e o racismo para o adoecimento mental do sujeito negro que ingressa no ensino superior brasileiro. Como resultados dessa pesquisa, encontramos 16 artigos, dos quais apenas 4 serviram como objetos de análise. A coleta de dados foi realizada por dois juízes distintos no mês de julho de 2019. Pode-se verificar a produção de conhecimento a respeito do estresse e do racismo é um campo inexplorável no Brasil, portanto ele se caracteriza com um campo que o olhar da psicologia deve ser direcionado. As produção científicas não apresentam uma frequência, gerando assim bolsões de improdução científica neste campo de estudos. Destacamos a necessidade de maiores estudos a respeito do tema, visto que a sociedade brasileira apresenta certa carência em estudos a respeito dessa temática.

**Palavras-chave:** Racismo; Estresse; Estresse Racial; Saúde Mental.

### Resumen

Desde los albores de la esclavitud del pueblo africano, la población negra ha llevado el estigma de lo "malo". Este fue el proceso que justificó tal violencia contra esta población. Actualmente estamos experimentando los mismos tipos de violencia contra esta población, pero en diferentes contextos y atmósferas. La violencia causada por el racismo y la discriminación racial es un importante punto de estudio para el campo de la psicología, ya que reconocemos que genera una liberación de tensión en el sujeto, que diariamente sufre tal violencia. El estrés racial es, por lo tanto, una de las manifestaciones de esta energía psíquica resultante de los procesos de violación del individuo negro. En este sentido, la investigación presentada aquí busca investigar la relación entre el estrés y el racismo, y su combinación es un instrumento de enfermedad mental. Para esto, se realizó una revisión sistemática en las bases de datos LILACS, Scielo y PePSIC, con el fin de buscar evidencia sobre la producción científica brasileña en este campo de estudio. El objetivo de este estudio es identificar si existe una relación entre el estrés y el racismo para la enfermedad mental del sujeto negro que ingresa a la educación superior brasileña. Como resultado de esta investigación, encontramos 16 artículos, de los cuales solo 4 sirvieron como objetos de análisis. La recolección de datos fue realizada por dos jueces diferentes en julio de 2019. Es posible verificar que la producción de conocimiento sobre el estrés y el racismo es un campo inexplorado en Brasil, por lo que se caracteriza por un campo que los ojos de La psicología debe ser dirigida. Las producciones científicas no tienen una frecuencia, lo que genera focos de improductividad científica en este campo de estudio. Destacamos la necesidad de más estudios sobre el tema, ya que la sociedad brasileña tiene una cierta falta de estudios sobre este tema.

**Palabras Clave:** racismo; Estrés Estrés Racial Salud mental

## INTRODUÇÃO

No mundo conceitual do branco, a população Negra corresponde a identificação do objeto tido como “ruim”. Refletir a respeito das reverberações do racismo na saúde mental da população negra se torna relevante, pois é a partir dessa discussão e entendimento dos reflexos dessa estrutura racista, que conseguiremos identificar os fatores que desencadeiam o adoecimento mental do sujeito negro.

Segundo Kilomba (2011) no racismo o sujeito é cirurgicamente retirado da sua identidade e passa por um violento processo de separação de qualquer vínculo que ele ou ela possa ter ela. A grande maioria da população negra está sujeita a diversas nuances do racismo, as quais podem perpassar pelo racismo econômico, pelo racismo educacional e pelo racismo carcerário (DAVIS, 2018).

Este trabalho terá como linha central a racismo educacional e os seus reflexos no sujeito negro que ingressa em uma instituição de ensino superior. Torna-se necessário salientar que o Brasil apresenta no campo educacional um ambiente hostil para a população negra e diferentemente dos Estados Unidos da América, não apresenta nenhuma instituição criada exclusivamente para negros. Ou seja, a força política do negro no país é escassa e com isso o ensino superior brasileiro e as políticas educacionais foram estruturadas apenas para brancos.

Pode-se perceber que o racismo é um fenômeno presente em diversas sociedades contemporâneas, estando latente na cultura, no cotidiano das relações entre os seres humanos, e também nas instituições, entretanto existem pessoas que não o enxergam, ou então preferem não ver.

Definir o racismo é uma tarefa complexa, pois ele passa, no decorrer dos anos, por mutações complexas nas suas figuras sociais, culturais e discursivas (KON, ABUD e SILVA, 2017). Estamos perante um modo de manifestação social que se modifica na história e também nos diferentes contextos; logo ao analisarmos dessa forma pode-se entender que o racismo é um fenômeno plural e social, ou seja, não falamos de um único tipo de racismo, mas sim de racismos (SCHWARCZ e STARLING, 2015).

O sujeito negro no Brasil precisa conviver com uma forma cruel de discriminação, a qual se caracteriza por um racismo encoberto presente no discurso de diversas pessoas. Como salienta Nogueira (1998) o negro precisa conviver diariamente com expressões do tipo: “Os negros não têm força de vontade” (Nogueira, 1998).

Quando a sociedade se embasa neste argumento raso de que os sujeitos negros “apenas” não tem força de vontade eles demonstram um total desconhecimento da história do Brasil, o qual é caracterizado por ser o último país da América Latina a abolir a escravidão dos negros africanos.

Por ser uma maneira sutil, essa forma de racismo passa despercebida, porém suas marcas perduram por uma vida inteira. Atualmente, embora o sujeito negro seja amparado legalmente pelos mesmos direitos que qualquer outro cidadão, ele é tratado de maneira como se não o fosse, sendo constantemente responsabilizado pelo seu *déficit* quando está em relação com os outros cidadãos (Nogueira, 1998).

Segundo Fernandes (2017) após quatro décadas da abolição da escravidão, a maioria da população negra formava uma espécie de exclusão social, eles estavam excluídos da riqueza, excluídos da cultura e também excluídos do poder. Obviamente que essa exclusão afeta diretamente nos dias atuais, quando essa mesma estrutura se mantém.

Para Nogueira (1998) o lugar que o sujeito negro ocupa nesta sociedade racista é sempre o do bandido, do sujo, do incapaz; independente dos esforços que pessoais que esse sujeito faça para conquistar um lugar social melhor. Portanto, como continua Nogueira (1998), ele sempre será um sujeito marcado pela sua cor, a qual não o separa dos implacáveis sentidos que vem a configurar o racismo e a discriminação.

O racismo é um evento marcado pelo ódio a partir da origem, fenótipo, religião e etnicidade, distinguindo-se de outros fenômenos pelo motivo que as pessoas desses grupos são identificadas pelo que aparentam e não pelo fazem (SCHWARCZ e STARLING, 2015).

Portanto, o racismo serve como um instrumento de anulação da individualidade para fazer do sujeito apenas o resumo das vantagens ou dos defeitos do seu grupo racial de origem (SCHWARCZ, 2012), logo ele afeta a vida dos sujeitos negros, sendo um fantasma que ronda a sua existência (Nogueira, 1998).

Não podemos concluir e derivar que o racismo é um fenômeno inato, e muito menos único (SCHWARCZ e STARLING, 2015), pois ele também é uma forma de classificação social, que faz uso muitas vezes de um vocabulário de tons de pele que são transformados em cores sociais, pois uma pessoa considerada negra em um país, pode não o ser em outro (SCHWARCZ e STARLING, 2015).

Como salienta (KON, ABUD e SILVA, 2017) Kon, Abud e Silva (2017), no Brasil o racismo assume um caráter implícito e nunca institucionalizado ou oficializado a partir das bases com princípios racialistas de pureza de sangue, da superioridade ou de inferioridade raciais. Como afirma Fernandes (2017) vivemos neste país o chamado mito da democracia racial.

A democracia racial tem a função de aprisionar o sujeito negro dentro de paradoxos que conduziram o mesmo à negação de si próprio, fazendo com ele se constranja a se ver como ele pensa que é visto pelos brancos. Ou seja, a pessoa irá interagir com o mundo, porém para resguardar a sua identidade, precisará negá-la e transformá-la (Fernandes, 2017).

Esta ideia se tornou algo intocável, sendo vista como uma grande contribuição brasileira para o processo civilizatório da humanidade, portanto essa ideia ainda tende a retardar o processo as mudanças estruturais (Fernandes, 2017) necessárias no país. Logo, consideramos o mito da democracia racial como um dos instrumentos de perpetuação do racismo brasileiro.

O racismo no Brasil, o qual podemos chamar de racismo brasileiro, como um instrumento difuso, sutil, evasivo, camuflado, silenciado nas suas expressões e manifestações demonstra-se muito eficiente e coerente com os seus objetivos (KON, ABUD e SILVA, 2017). Por essa razão algumas pessoas talvez algumas

pessoas suponham que ele seja mais inteligente e sofisticado do que o de outros povos (KON, ABUD e SILVA, 2017).

O racismo, como um conceito, é um marcador social de diferença, o qual é paralelo a outros marcadores como classe, gênero, religião, sexo e geração (SCHWARCZ e STARLING, 2015). Schwarcz e Starling (2015) definem marcadores como repertórios de categorias ambivalentes, os quais em traduzem hierarquias sociais e realizam a reposição de novas ambiguidades estéticas, acusatórias e afetivas.

O racismo contra a população negra é, portanto, um sintoma coletivo da herança escravocrata fundadora do Brasil, e como tal, é uma atualização do processo de violência constitutiva da sociabilidade brasileira (KON, ABUD e SILVA, 2017), portanto, o racismo brasileiro é um crime perfeito.

O racismo para a população negra brasileira é um instrumento promotor de adoecimento psíquico. Para Nogueira (1998) o psíquico é gerado a partir de cada contexto histórico, sendo que cada época gera a estrutura psíquica necessária para a sua manutenção. Pois as estruturas psíquicas funcionam como um mecanismo mediados entre as condições socioeconômicas e a ideologia, realizando a seleção de algumas percepções, excluindo outras.

Segundo Kon, Abud e Silva (2017) existe o reconhecimento e concordância de que o racismo é um promotor de sofrimento psíquico e o mesmo interfere na construção da subjetividade e individualidade de brancos e negros. Logo, torna-se necessário questionar o motivo de tal questão estar sendo debatida pelo campo da psicologia tão timidamente.

A partir desse questionamento refletimos a respeito dos eventos estressores que a população negra sofre cotidianamente em decorrência do racismo. Segundo o Manual Diagnostico DSM V, os transtornos relacionados a trauma e a estressores são relacionados à exposição do sujeito a um evento traumático ou estressante (American Psychiatric Association, 2014).

O sofrimento psicológico decorrente da exposição a um evento traumático ou estressante pode ser bastante variável, onde em alguns casos os sintomas

podem ser bem entendidos no contexto de ansiedade e medo (American Psychiatric Association, 2014).

Muitos indivíduos que são expostos a esse tipo de eventos exibem um fenótipo no qual as características mais acentuadas são sintomas anedônicos e disfóricos, com a apresentação da externalização de raiva e agressividade, ou então sintomas dissociativos ao invés de apresentarem a ansiedade ou medo como os sintomas (American Psychiatric Association, 2014).

Quando observamos a conjuntura social na qual a população negra brasileira está inserida, podemos verificar que esta população está diretamente exposta as tais eventos estressores cotidianamente, o que no faz refletir a respeito do estresse diário vivenciado por essa população.

Torna-se importante salientar que o construto raça não apresenta uma definição biológica consistente, porém é socialmente importante, pois é esse construto que fornece suporte às ideologias raciais, ao racismo, à discriminação e também a exclusão social deste grupo específico grupo que pode sofrer graves efeitos psíquicos negativos na sua saúde mental (American Psychiatric Association, 2014).

Portanto, existem evidencias de que o racismo pode acentuar diversos transtornos psiquiátricos e o preconceito racial poderá afetar diretamente as avaliações diagnósticas realizadas (American Psychiatric Association, 2014); nesse sentido torna-se importante destacar que o marcador racial deve ser pautado pelos profissionais da psicologia, para se minimize os vieses existentes nos atendimentos, e para que a população negra tenha acesso a um atendimento e tratamento correspondente a sua história social, cultural e pessoal.

Pensando a respeito das ligações entre racismo e estresse encontramos em DiAngelo (2018) a discussão a respeito da fragilidade branca e o estresse e o estresse racial dos sujeitos negros. DiAngelo (2018) salienta que as pessoas brancas cresceram em ambientes segregados dos outros grupos raciais, como os negros, indígenas entre outros, o que faz com que elas vivessem protegidas da experiência do estresse gerado pelo racismo, algo que de forma perversa tornou-se parte do cotidiano das pessoas negras ao longo da sua trajetória de vida.

O isolamento das pessoas brancas desses outros grupos racializados garante um ambiente confortável racialmente, o que ocasiona o não desenvolvimento de habilidades emocionais e cognitivas para que se consiga tolerar o estresse racial (DIANGELO, 2018). Para DiAngelo (2018) as pessoas brancas não conseguiriam tolerar uma quantidade mínima de estresse racial, a qual se tornaria intolerável e que acabaria por desencadear uma série de movimentos defensivos.

Logo a dupla relação existente entre no campo da psicologia entre Racismo e Estresse justifica o presente estudo que objetiva investigar as relações entre o estresse ocasionado pelo racismo no Ensino Superior do Brasil. Para isso serão analisados artigos publicados entre os anos de 2010 a 2019.

## MÉTODO

Para a realização deste trabalho escolhemos como metodologia a Revisão Sistemática (RS), a qual é vista como uma das técnicas mais potentes para que se faça a avaliação e a síntese da literatura existente em diversos campos do conhecimento (Zoltowski *et al.*, 2014). A RS, portanto, é um método que maximiza o potencial de busca de material científico, fazendo com que seja possível encontrar um número maior de resultados de uma maneira organizada (Costa e Zoltowski, 2014).

Segundo Costa e Zoltowski (2014), podemos encontrar RS em diversos campos do conhecimento, inclusive no campo da psicologia, pois ela proporciona que se avalie e sintetize evidências de uma grande gama de questões de pesquisas. (Costa e Zoltowski, 2014).

A RS consistiu-se em um trabalho reflexivo, exigindo um teor crítico e compreensivo no trabalho com o material analisado (Costa e Zoltowski, 2014), ela é caracterizada pela aplicação de determinadas estratégias de busca, de análise crítica e da síntese organizada do material que foi coletado. (Zoltowski *et al.*, 2014). Com a utilização desse método de revisão busca-se diminuir o viés existente no decorrer da pesquisa (Zoltowski *et al.*, 2014); (Costa e Zoltowski, 2014).



O objetivo geral do presente estudo foi analisar a produção do conhecimento científico a respeito da relação entre racismo e estresse no Ensino Superior brasileiro. O objetivo específico foi formulado da seguinte maneira: Identificar, na produção do conhecimento científico, se há interlocuções a respeito do racismo como características de um dos dispositivos desencadeantes de estresse em estudantes negros do ensino superior brasileiro.

A questão de pesquisa foi definida da seguinte maneira: A questão de pesquisa busca identificar, no material científico publicado, como o racismo se relaciona com o estresse em estudantes negros do ensino superior brasileiro?

Foram elencando os seguintes critérios de inclusão: Estudos publicados em revistas científicas do Brasil; estudos que tenham sido publicados entre janeiro de 2011 e julho de 2019. Ser um artigo completo. Estudos que abordam a questão do racismo contra negros no ensino superior no Brasil. E como critérios de exclusão os seguintes: artigos completos que não abordem as questões de saúde mental. Artigos que não sejam de acesso gratuito.

Portanto a amostra de pesquisa está caracterizada por artigos científicos, de caráter teórico e empírico, completos publicados em revistas brasileiras e indexados nas seguintes bases de dados: Literatura Latino-americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS), Periódicos Eletrônicos de Psicologia (PePSIC) e *Scientific Electronic Library Online* (SciElo) a respeito da relação Racismo e Estresse no Ensino Superior brasileiro.

Os materiais foram coletados nas seguintes bases de dados: Literatura Latino-americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS), Periódicos Eletrônicos de Psicologia (PePSIC) e *Scientific Electronic Library Online* (SciElo).

Segundo o site da LILACS, esta base de dados é “o mais importante e abrangente índice da literatura científica e técnica da América Latina e Caribe”, o qual vem contribuindo há 32 anos para o aumento do acesso, da qualidade e da visibilidade da e informação em saúde na Região, contando com a contribuição de 26 países (<http://lilacs.bvsalud.org/>); o PePSIC, foi lançado oficialmente no ano de 2005 com o intuito de realizar a publicação de revistas científicas de Psicologia brasileira, no ano de 2006 foi expandido para os demais países da América Latina, contando atualmente com a participação de 11 países. Este é um portal de

periódicos eletrônicos da Biblioteca Virtual em Saúde – Psicologia da União Latino-Americana de Entidades de (BVS-Psi ULAPSI) e fruto da parceria entre o Fórum de Entidades Nacionais da Psicologia Brasileira (FENPB), Biblioteca Dante Moreira Leite do Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo (IP/USP) e do Centro Latino Americano e do Caribe de Informação em Ciências da Saúde – BIREME, nesta base de dados encontramos um modelo de publicação eletrônica de periódicos para os países que se em desenvolvimento (<http://pepsic.bvsalud.org/>).

A Scielo é uma biblioteca de periódicos científicos brasileiros que surgiu de um projeto de pesquisa da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) em parceria com a BIREME - Centro Latino-Americano e do Caribe de Informação em Ciências da Saúde. O objetivo desta plataforma é o “desenvolvimento de uma metodologia comum para a preparação, armazenamento, disseminação e avaliação da produção científica em formato eletrônico” (<http://www.scielo.br/?lng=pt>).

Para a busca dos artigos nessas bases dados elencamos os seguintes *streamings* de busca: Racismo *and* Estresse; e Racismo *and* Distress.

Optamos pelo formato de artigos publicados em periódicos científicos por estes serem considerados o formato de literatura científica de maior circulação, por ser avaliado por pares e pela sua utilização pela comunidade científica (POBLACION, NORONHA e CURRÁS, 1996).

Inicialmente as buscas nessas bases de dados ficariam restritos aos dez últimos anos de produção científica, porém como o número de artigos que passariam pelos critérios de seria muito pequeno optamos por flexibilizar o período e estender para os últimos dezenove anos de publicações. A consulta foi realizada no mês de julho por dois juízes distintos.

Ao todo foi encontrado o total de 16 arquivos a partir dos descritores utilizados, sendo 12 com os descritores **Racismo and Estresse** e 4 com os descritores **Racismo and Distress**. Dos arquivos encontrados com o primeiro *streaming* de busca, 10 arquivos estavam indexados na base de dados LILACS; 2

na Scielo; e zero na PePSIC. Com o segundo *streaming* de busca foram encontrados 2 arquivos na base de dados LILACS; 1 na PePSIC e 1 na Scielo.

Abaixo organizamos uma tabela para a melhor visualização das buscas.

Tabela 1: Arquivos encontrados nas Bases de Dados: LILACS; PePSIC e Scielo a partir dos seguintes *streamings* de busca: **Racismo and Estresse**; **Racismo and Distress**.

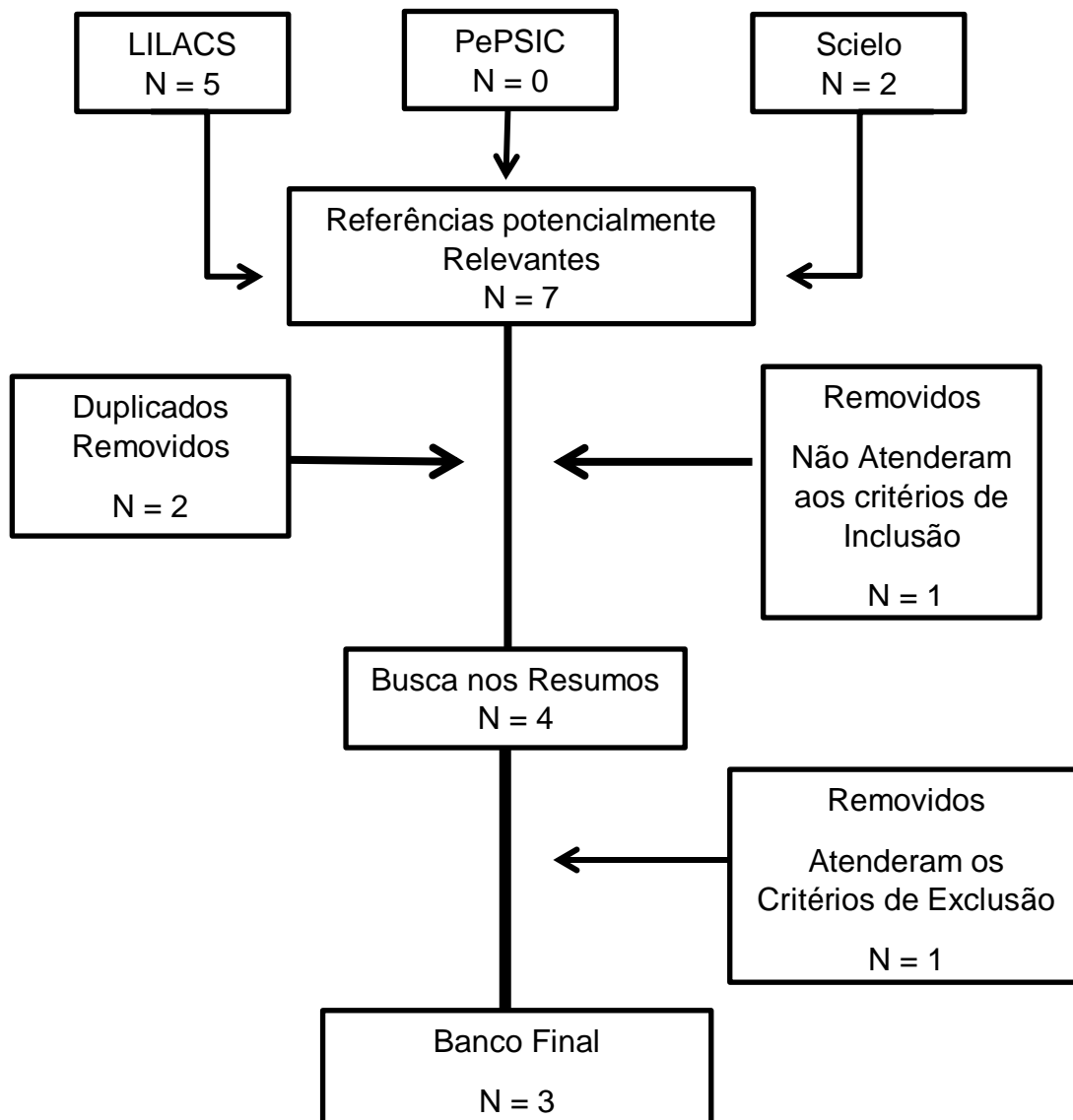
<b>Base de Dados</b>	<b>Racismo and Estresse</b>	<b>Racismo and Distress</b>
LILACS	10 arquivos	2 arquivos
PePSIC	0 arquivos	1 arquivo
Scielo	2 arquivo	1 arquivo
	Total:	16 arquivos

Após a obtenção dos arquivos verificamos os arquivos duplicados , além de consideramos os critérios de inclusão e exclusão. Por fim, se enquadraram nos critérios desta pesquisa 5 estudos para a análise na integra.

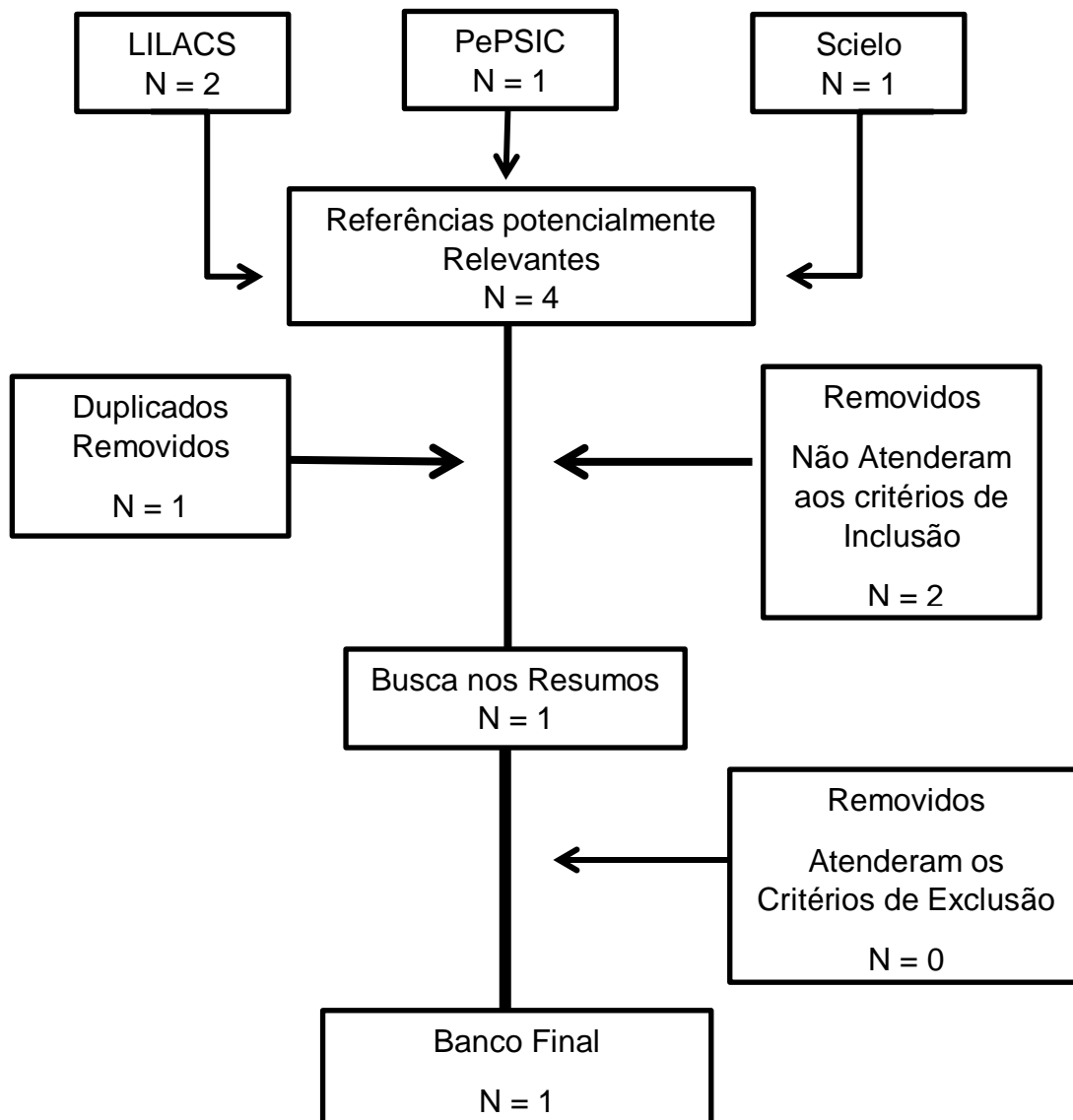
Como estratégia metodológica para a organização e realização desta pesquisa criamos os seguintes organogramas, onde N significa “Número de Arquivos Encontrado”.

Os artigos foram coletados no mês de julho de 2019 por dois juízes independentes, que foram previamente selecionados. Os juízes utilizaram o protocolo sugerido pela plataforma de pesquisa StArt.

Streamings de busca: **Racismo and Estresse**



Streamings de busca: **Racismo and Distress**



A plataforma gratuita a plataforma StArt, a qual é um gerenciador de revisão sistemática de bibliografia disponibilizado de forma gratuita e que objetiva a otimização da categorização dos artigos. A referida plataforma foi desenvolvida pelo Laboratório de Pesquisa em Engenharia de Software da Universidade Federal de São Carlos, Brasil (UfScar), esta ferramenta auxilia na otimização da categorização dos artigos.

StArt, a qual foi desenvolvida pelo Laboratório de Pesquisa em Engenharia de Software da Universidade Federal de São Carlos (UfScar), esta ferramenta está dividida em *Planning*, *Execution* e *Summarization*.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

Assim sendo, através da observação do recorte temporal estabelecido e os critérios escolhidos, identificamos que a produção e veiculação do conhecimento científico a respeito das interlocuções entre o racismo e o estresse são escassas. Pode-se notar que o ano de 2011 correspondeu a 50% das produções encontradas, tendo 2 artigos publicados em revistas distintas. Os anos de 2013 e 2019 correspondem, respectivamente, a 25% e 25% das produções encontradas.

Assim, identificamos que existe um longo período de tempo, compreendido entre os anos de 2013 e 2018, que não foram encontrados artigos para análise, formando uma espécie de bolsão na produção científica.

Com relação á divisão por região do país onde os autores têm vínculo institucional, percebemos que há predomínio na região Sudeste, com 50% dos trabalhos publicados (2 artigos). Logo após está a região Nordeste com 25% (1 artigo) das publicações. Os outros 25% (1 artigo) não puderam ser apurados pois não constava no arquivo a região de vínculo dos autores.

Em referência ao tipo de tratamento dos dados nos artigos, 75% (3 artigos) apresentaram caráter teórico e 25% (1 artigo) apresentaram caráter empírico.

Dentre os estudos selecionados um deles apresentou caráter quantitativo, porém de forma não explícita. Ainda, em relação ao tipo de estudo, um artigo foi considerados relatos de pesquisa (25%); um artigo foi considerado resultado de uma apresentação em mesa redonda (25%); e dois foram estudos teóricos (50%).

No que tange aos instrumentos utilizados, um (25%) trabalho apresentou a aplicação de um questionário adaptado;

Em relação às estratégias metodológicas, um (25%) artigo utilizou a aplicação de questionário; 3 (75%) trabalhos que são caracterizado por serem uma revisão de literatura;

Tabela 2. *Artigos selecionados na revisão de publicações (2007- 2017) utilizando os descritores: Racismo and Estresse; e Racismo and Distress*

Nº	Título	Autores	Revista	Ano
1	Raça, racismo e saúde: a desigualdade social da distribuição do estresse	Faro, A.; Pereira, M. E.	Estudos de Psicologia	2011
2	Relação entre distúrbio de voz e trabalho em um grupo de Agentes Comunitários de Saúde	Cipriano, F. G. <i>et al.</i>	CoDAS	2013
3	Competência cultural do profissional de saúde sexual	Fleury, H. J.; Abdo, C. H.	Revista Diagnóstico e Tratamento	2019
4	Psicodrama e relações raciais	Malaquias, M. C; <i>et al.</i>	Revista Brasileira de Psicodrama	2011

Um primeiro dado que podemos analisar refere-se à quantidade de trabalhos produzidos pela Psicologia em comparação a outros campos, a partir dos descritores utilizados. Conseguimos verificar que o desempenho da área da psicologia em relação aos outros campos é satisfatório, visto que a maioria dos artigos foi publicado em revistas desta área de estudos.

Quanto ao ajustamento temporal, podemos observar que no ano de 2011, ano com a maior quantidade de publicações encontradas, a área de psicologia foi à única presente. Porém, nos anos seguintes não seguiu publicando estudos a respeito da temática.

No que se refere aos artigos encontrados, Malaquias *et al.* (2016) afirma que no Brasil existem diferentes cidadãos, uns com mais e outros com menos direitos, tais direitos variam de acordo com a cor da sua pele. Em seu texto o autor utiliza a expressão “relações raciais” ao invés de “relações étnicas” por considerar que o termo raça continua impregnado na nossa cultura de relações.

Segundo Pereira e Faro (2011), o primeiro pesquisador a fazer referência à cor da pele como critério definidor das diferenças entre os seres humanos foi Lineu, no ano de 1738. Lineu inicialmente separou quatro ramos de espécies humanas, indo além dos critérios biológicos e associando características culturais

a cada tipo de humano. Portanto classificou as espécies humanas da seguinte maneira: americanos, obstinados e educados; africanos, espertos e negligentes; asiáticos rigorosos e avarentos; europeus, inventivos e descuidados.

Atualmente existe um debate intenso nas ciências humanas e da saúde a respeito do uso do termo “raça”. Portanto Malaquias *et al.* (2016) considera que o termo “etnia” seria mais abrangente, pois ele inclui o conceito de cultura, o qual é entendido como o modo de um povo ser e também de se expressar.

No entanto, Faro e Pereira (2011) exploram os conceitos de raça e racismo para delimitar as particularidades referentes ao perfil de saúde dos indivíduos ou grupos submetidos à discriminação ou ao preconceito racial. A partir disso, os autores pretendem realizar o levantamento de evidências a respeito da relação existente entre o racismo e a saúde, partindo de estudos a respeito da prevalência de estresse.

A etnia é utilizada para designar culturalmente grupos humanos e assim distinguir o indivíduo por mútua identificação coletiva, enquanto que a raça é voltada para a caracterização do indivíduo, tendo uma progressão para a noção de grupo por similaridade e não necessariamente de mútuo reconhecimento (FARO e PEREIRA, 2011). Por sua vez, a raça é utilizada para diferenciar traços biológicos que são herdados e que diferenciam grupos humanos, tais como traços faciais e cor de pelo (FARO e PEREIRA, 2011)

Para Fleury e Abdo, numa dimensão individual o racismo pode ser caracterizado por ações explícitas ou implícitas. As ações explícitas caracterizam-se por intenções deliberadas de tratar uma raça como inferior; enquanto no campo implícito, o racismo é exposto através de uma expressão sutil com viés discriminatório, de forma consciente ou não (FLEURY e ABDO, 2019).

A partir do que aborda o estudo de Cripriano et al (2013) podemos verificar que as manifestações do racismo atravessam todas as áreas das relações humanas, e direta, ou indiretamente estão interligadas as questões do estresse, neste caso o estresse no trabalho. No entanto, em seu estudo, Cipriano et al. (2013) não apresenta a preocupação com o marcador de raça.

Para a compreensão do processo de saúde-doença nos diversos estratos sociais, as disparidades referentes ao critério raça parecem entrar em consenso (FARO e PEREIRA, 2011). O objetivo do estudo de Faro e Pereira (2011) foi



explorar os conceitos de raça e racismo, delimitando as particularidades quanto ao perfil de saúde de grupos submetidos à discriminação ou preconceito racial. Faro e Pereira (2011) tentam levantar evidências do impacto negativo sobre a saúde a partir das pesquisas sobre o estresse.

Fleury e Abdo (2019) abordam que as populações mais vulneráveis à opressão cultural sofrem o que as autoras chamam de estresse de minorias e micro agressões. Para elas as microagressões raciais são caracterizadas por comentários breves e comuns, também, algumas vezes, por atitudes e situações sociais intencionais e não intencionais. Essas microagressões são caracterizadas por insultos raciais depreciativos de um grupo, ou então de um indivíduo (FLEURY e ABDO, 2019).

Podemos considerar que as populações mais vulneráveis, citadas por Fleury e Abdo (2019), correspondem ao que Faro e Pereira (2011) chamam de grupos minoritários.

Os grupos minoritários apresentam maior probabilidade de nascerem em ambientes que são vistos como desfavoráveis, apresentando assim maiores dificuldades para o seu desenvolvimento psíquico e físico (FARO e PEREIRA, 2011).

Para Faro e Pereira (2011) a psicologia social aplicada à saúde, por meio dos estudos a respeito do estresse, poderia fornecer caminhos para a compreensão das formas que os determinantes sociais do campo da saúde afetam o nível de ajustamento dos indivíduos e dos grupos minoritários. Destacando que os aspectos objetivos da realidade social estão interligados com a desigualdade socioeconômica (FARO e PEREIRA, 2011), pois ainda hoje, início do século XXI, a população brasileira sofre as consequências do legado da escravidão, a qual fixa na sociedade um conjunto de valores (MALAQUIAS *et al.*, 2016) que acabam por excluir uma raça em detrimento da outra.

A experiência social herdada do passado escravocrata (negros sendo escravos e brancos sendo patrões) criou uma dupla e recíproca avaliação, conjuntamente com mecanismos de manutenção da distancia social. Ou seja, produziu-se o status de brancos e negros (MALAQUIAS *et al.*, 2016). Uma das sequelas da criação dessa estrutura de “castas” é o preconceito contra o trabalho

braçal o qual está diretamente ligado a condição do negro, enquanto que o trabalho intelectual é destinado ao branco (MALAQUIAS *et al.*, 2016).

A definição de racismo é entendida como crenças, atitudes e conformações institucionais que tendem a manchar, subjugar, excluir grupos e pessoas a partir dos caracteres fenotípicos e/ou afiliação étnica (FARO e PEREIRA, 2011).

Para Malaquias *et al.* (2016) existem racismo típicos no Brasil, o que é uma herança histórica da escravidão, por essa razão negros são discriminados e excluídos do acesso aos bens sociais, educacionais, culturais e materiais. Porém torna-se importante destacar que o debate a respeito da discriminação racial implica em limitações fundamentais na vida dos indivíduos, fato que irá impactar na quantidade de estresse que é experienciado (FARO e PEREIRA, 2011).

Existe também o racismo de marca, no qual a cor e as características fenotípicas iram delimitar a discriminação, portanto quanto mais negro, mais preconceito receberá (MALAQUIAS *et al.*, 2016). O que Malaquias *et al.* (2016) está afirmando é que não falamos de apenas um racismo, mas sim de racismos.

Na área prática, Malaquias *et al.* (2016) constatou que o racismo e o preconceito são causadores de sofrimento psíquico e danos emocionais danos. Para Malaquias *et al.* (2016) existe a tendência de pensar o sujeito negro como seres psicologicamente pouco equilibrados, e por consequência mais violentos e perigosos; no que se refere as mulheres, a estas cabe-lhes principalmente o tipo de trabalho semiescravo como serem domésticas ou babás.

Considerando o sofrimento psíquico como marcas de estereótipos que a população negra carrega, podemos considerar que são poucos os profissionais que atenderam as demandas do sujeito e reconhece o seu próprio racismo, as expressões do desequilíbrio de poder, os vieses culturais e também a necessidade de realizar uma autorreflexão (FLEURY e ABDO, 2019).

De um ponto de vista mais psicológico, constata que os psicanalistas divergem sobre a noção de que o racismo seria a dificuldade de suportar o diferente, pois muitos acreditam que o risco de ver o diferente se tornar igual é maior. Pois isso seria uma grande ameaça à identidade. Ou seja, quando há o medo da própria identidade, há a necessidade de definir o formato do outro, o

qual lhe causa uma estranheza; e para dominar tal estranheza existem duas saídas: pela via do exotismo; ou pela via do racismo, para que seja temido ao invés de temer (MALAQUIAS *et al.*, 2016).

Dentre as mais conhecidas formas de discriminação, o racismo é frequentemente relacionado nos estudos que envolvem a saúde das populações, estando incorporado por vários modelos enquanto uma variável explicativa do *status* de saúde (MATA e PELISOLI, 2016).

Nas clínicas particulares, nos trabalhos em pequenos e grandes grupos mulheres e homens de diferentes faixas etárias relatam que o sofrimento emocional foi desencadeado por situações de humilhação, portanto pode-se constatar que o racismo além de humilhar também faz sofrer (MALAQUIAS *et al.*, 2016).

Para Faro e Pereira (2011) o racismo é um elemento criador e mantenedor de estressores no domínio das relações sociais, ou seja, há o sofrimento psíquico do sujeito como consequência do racismo (MALAQUIAS *et al.*, 2016).

Fleury e Abdo (2019) salientam que um dos principais riscos para os profissionais de saúde, quando estes atuam na área de saúde mental diante de uma população oprimida, é ter a sua habilidade para ouvir situações relativas à opressão bloqueadas, pois as profundas emoções associadas a raça, cultura, gênero e diferenças sociodemográficas distintas apresentam a tendência de não serem discutidas abertamente.

Como justificativa de todo esse processo, criou-se a caracterização do sujeito negro como uma raça inferior e incapaz de definir a sua própria sorte.

Os vários tipos de violência que a população negra sofre demonstra que precisamos realizar diversos trabalhos para minimizá-la (MALAQUIAS *et al.*, 2016). Pois, com grande frequência os profissionais do campo da saúde se consideram aptos para atender as demandas de uma população multicultural, mesmo sem qualquer capacitação na área (FLEURY e ABDO, 2019).

Segundo Faro e Pereira (2011) é visto na literatura que por conta da opressão do passado conjuntamente com a submissão social, o racismo reflete a realidade do acúmulo de estressores crônicos que vão se somando

cotidianamente na vida da população minoritária, a qual traz estressores agudos e especialmente particularizados contextos discriminatórios.

Isso faz com que população negra, a qual representa uma parcela do grupo minoritário vivencie de forma intensa a cronicidade de estressores sociais (FARO e PEREIRA, 2011).

Cipriano *et al.* (2013) insere a manifestação do racismo no campo relacionado a violência. Verificar os vários tipos de violências existentes contra os negros, demonstra que é necessário que haja trabalhos para minimizar (MALAQUIAS *et al.*, 2016) as raízes escravocratas existentes.

Para Cipriano *et al.* (2013), a presença de estresse na atividade de trabalho está ancorado em diferentes abordagens teóricas que enxergam o estresse como o produtos do excesso de encargos diários, da supervisão constante por parte dos sujeitos que os cercam.

Nos anos 2000, após muitos debates a respeito das políticas afirmativas para negros no Brasil algumas universidades implantaram o sistema de cotas para que negros ingressassem no ensino superior (MALAQUIAS *et al.*, 2016). Com o ingresso dos alunos cotistas no ensino superior pode-se observar que eles interagem com uma dinâmica afetiva grupal que está relacionada ao temor da discriminação e a sua eliminação por meio da autocobrança para ter um excelente desempenho acadêmico, nesse sentido existem relatos de tensões e estresses para essas experiências universitárias.

Torna-se necessário destacar que a população negra constitui a parcela mais pobre da sociedade. Segundo o senso demográfico do ano de 2005, realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 70% da população pobre era constituída por negros, nesse período os negros compunham 55% da população geral (MALAQUIAS *et al.*, 2016). Este dado demonstra que o racismo tem como característica de ser um racismo de resultados ou um racismo institucional (MALAQUIAS *et al.*, 2016).

Logo podemos inferir que uma grande parcela dos alunos negros cotistas que acessam o ensino superior fazendo parte da desta estática do senso de

2005. Ocorrendo assim a união de duas minorias em um sujeito apenas: sujeito negro e pobre.

O estresse de minoria é um fenômeno crônico que amplifica os estressores naturais produzidos pelo contexto social (FLEURY e ABDO, 2019). Logo, essas experiências ocasionadas pelo estresse de minoria estão sendo associadas a diversos resultados negativos, incluindo o sofrimento psicológico (FLEURY e ABDO, 2019). O qual, segundo Cipriano *et al.* (2013) apresenta os sinais e sintomas de sofrimento, estresse, esgotamento, ansiedade, depressão, fadiga e insônia que estão relacionados com a insatisfação no desempenho da função, confirmando que a presença de estresse nas atividades de trabalho reduzindo a capacidade dos sujeitos (CIPRIANO *et al.*, 2013) .

As falas a respeito do cotista perpassam a condição de privilegiados, estando impregnadas de um discurso meritocrático, como resultado disso há o isolamento do cotista. Portanto, a sociometria que resulta é a do isolamento do cotista e do estudante negro em relação ao grupo (MALAQUIAS *et al.*, 2016).

Malquias *et al* (2016) ressaltou que na grande maioria dos casos, os cotistas ao interagirem os universalistas acabam por ocultar a sua identidade étnica; evitando participar de eventos que se referem às questões raciais e evitando de se expor em decorrência do medo da discriminação. Malaquias *et al.* (2016), entende o psicodrama, com seu arcabouço teórico e metodológico, contribui com suas práticas para uma sociedade não racista.

Considerando que as populações minoritárias mais vulneráveis à opressão cultural estão sujeitas à homofobia, estigma e preconceito, portanto sofrem o que foi denominado de estresse de minorias (FLEURY e ABDO, 2019), representam socialmente uma minoria. Para Faro e Pereira (2011) a iniquidade apresenta impactos sobre a saúde das minorias, onde o reflexo fica evidente através dos altos índices de adoecimento físico e mental. Para os autores, a iniquidade parece ser uma característica que marca as sociedades pautas na racialização das relações sociais, onde a cor da pele está associada à segregação das minorias e também a discrepância no acesso aos recursos que são necessários para o desenvolvimento humano.

Logo, o conceito do termo desigualdade social significa a ocupação de diferentes posições na estrutura social, o que tem como consequência a limitação na variabilidade do privilégio de acesso a bens e serviços (FARO e PEREIRA, 2011).

Faro e Pereira (2011) encontraram iniquidades inclusive na distribuição do estresse, pois as diferenças dos perfis de saúde dos grupos sociais possuem implicação mais ampla que a própria definição de desigualdade, estando imbricadas em processos psicossociais que vão influenciar os determinantes da saúde.

Faro e Pereira (2011) salientam a carência de estudos relacionados ao estresse e ao racismo em âmbito nacional; concluindo que ainda são escassos os estudos conduzidos nacionalmente. Portanto são necessários investimentos teóricos e empíricos para que se consiga debater da melhor maneira a caracterização dos estressores e dos modos de enfrentamento mais utilizados pelos indivíduos diante de situações de racismo ou então de segregação racial (FARO e PEREIRA, 2011). Pois serão essas investigações que irão subsidiar ações voltadas para o manejo do estresse a prevenção de possíveis desfechos negativos a respeito da saúde, buscando também o combate a discriminação racial (FARO e PEREIRA, 2011).

Dentre os estudo encontrados, o que aborda de forma mais profunda as questões referentes ao estresse é o trabalho de Faro e Pereira (2011). Os autores salientam que a variável raça nos estudos no campo da saúde, especialmente no que se refere ao estresse, está ligado ao fato que existe consistência empírica para que há a afirmação de que a raça, independente de outras características, impacta como um modulador da saúde (FARO e PEREIRA, 2011).

Para esses autores, há uma lacuna explicativa que permite a existência de pseudo-teorizações fundamentadas na diferenciação biológica e valorativa das raças (FARO e PEREIRA, 2011). Portanto, é neste espaço que os modelos teóricos, tais como o estresse e o racismo, voltam-se para a investigação dos impactos de dos fenômenos sociais na saúde (FARO e PEREIRA, 2011).

## Considerações Finais

As pesquisas que tratam as questões raciais, em geral, estão concentradas no fenômeno racismo e discriminação, buscando analisar e identificar a maneira que o preconceito e o racismo se manifestam na esfera social da vida dos negros. A hipótese que procuramos levantar neste trabalho é de que apesar de todos esses eventos racistas que ocorrem cotidianamente na vida dos negros, e que também são campos necessários de pesquisa, existe uma condição crônica de tensão diária depositada no sistema psíquico desses sujeitos, o que levaria a um estado de estresse crônico, ou seja, o Estresse Racial.

Porém, ao verificarmos a quantidade total de artigos a respeito do tema selecionado, verificamos que são poucas as produções científicas brasileiras a respeito do tema.

É importante deixarmos destacado que vivemos vários tipos de racismos, na maioria das vezes ele se manifesta de forma velada, outras vezes de forma mais explícita, mas independente da sua forma de apresentação ele deixa marcar profundas no sujeito. Sendo assim um causador de sofrimento social e psíquico.

Podemos considerar que se hoje não temos artigos suficientes para realizar um estudo mais aprofundado do tema este se torna um campo fértil para dar continuidade em pesquisas científicas.

Por fim, as relações existentes entre raça, racismo, estresse e o seu impacto sobre a saúde mental do estudante universitário mostram a pertinência enquanto objetos de estudo da psicologia, pois, estamos todos inseridos em uma sociedade perpassada pela desigualdade social, pelo racismo, e por diversos tipos de violência.

As minorias raciais estão protegida pela iniquidade, através de privilégios e recursos que submetem os indivíduos a experiências estressoras, limitando a possibilidade de transformação social e reduzindo a capacidade de manejo do estresse (FARO e PEREIRA, 2011).

A discriminação racial é um outro fator que cria limitações fundamentais na vida dos indivíduos, afetando o senso de integridade individual e impactando incisivamente na quantidade de estresse experienciada (FARO e PEREIRA, 2011). A vulnerabilidade das minorias raciais também está compreendida a partir do acúmulo de estressores, com isso o estresse é colocado como um fator explicativo para o impacto do racismo na saúde do indivíduo (FARO e PEREIRA, 2011).

Ao realizarmos a comparação entre os branco e os não- brancos (pretos, pardos e indígenas), percebemos que os não brancos são expostos a estressores específicos em decorrência da sua alocação social (FARO e PEREIRA, 2011). Isso ocorre no decorrer da vida e ocasiona a submissão do indivíduo a estados de estresse crônicos, atormentando a capacidade de adaptação e predispondo este indivíduo a doenças e à morte prematura, pois ocorre a ativação neurofisiológica prolongada que lesiona função orgânicas (FARO e PEREIRA, 2011).

Faro e Pereira (2011) destacam que a identidade racial é um importante mediador do estresse, pois fornece uma defesa para que haja o amortecimento dos efeitos do estresse motivado pelo racismo.

A revisão apresentada por Faro e Pereira (2011), como eles mesmos destacam, apresenta como principal limitação o fato de somente serem explorados as evidências da relação existente racismo e estresse, o estresse a saúde. Portanto não foi possível adentrar nos processos de enfrentamento e adaptação psicossocial, que é visto como um elemento-chave para a compreensão da variabilidade intragrupal e intergrupar na exposição ao estresse (FARO e PEREIRA, 2011). Os autores sugerem que seja realizado um movimento para buscar conhecer os mecanismos psicossocial de adaptação e o seu funcionamento no que se refere aos mediadores da relação entre racismo e o estresse.



## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION. **Manual diagnóstico de transtornos mentais: DSM-V-TR**. 5 edição ed. Porto Alegre: 2014. v. 5 Disponível em: < <http://www.niip.com.br/wp-content/uploads/2018/06/Manual-Diagnostico-e-Estatistico-de-Transtornos-Mentais-DSM-5-1-pdf.pdf> >. Acesso em: 14 de ago. de 2019.

CIPRIANO, F. G. *et al.* Relações entre distúrbio de voz e trabalho em um grupo de Agentes Comunitários de Saúde. **CoDAS2**, p. 548–556, 2013. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S2317-17822013000600548&script=sci\\_arttext&tling=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S2317-17822013000600548&script=sci_arttext&tling=pt) >. Acesso em: 08 de jul. de 2019.

COSTA, A. B.; ZOLTOWSKI, A. P. C. Como escrever um artigo de revisão de literatura. **Manual de Produção Científica**, p. 53–67, 2014. Disponível em: < [https://www.biosanas.com.br/uploads/outros/artigos\\_cientificos/18/6505082c2a7c23986651c7b1f7a4a92e.pdf](https://www.biosanas.com.br/uploads/outros/artigos_cientificos/18/6505082c2a7c23986651c7b1f7a4a92e.pdf) >. Acesso em: 09 de fev. 2019.

DAVIS, A. **A Liberdade é Uma Luta Constante**. São Paulo: Editora Boitempo, 1<sup>a</sup> ed. 2018.

DIANGELO, R. Fragilidade Branca. **Revista EcoPos**, Rio de Janeiro, p. 35–57, 2018. Disponível em: < [https://revistas.ufrj.br/index.php/eco\\_pos/article/view/22528](https://revistas.ufrj.br/index.php/eco_pos/article/view/22528) >. Acesso em: 14 de set. de 2019.

FARO, A.; PEREIRA, M. E. Raça, racismo e saúde: a desigualdade social da distribuição do estresse. **Estudos de Psicologia**, v. 16, n. 3, p. 271–278, 2011. Disponível em: < [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-294X2011000300009](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-294X2011000300009) >. Acesso em: 18 de jan. de 2019.

FERNANDES, F. **Significado do Protesto Negro**. Expressão ed. São Paulo: 2017.

FLEURY, H. J.; ABDO, C. H. N. Competência cultural do profissional de saúde sexual. v. 24, n. 11, p. 64–66, 2019. Disponível em: < [http://docs.bvsalud.org/biblioref/2019/09/1015339/rdt\\_v24n2\\_64-66.pdf](http://docs.bvsalud.org/biblioref/2019/09/1015339/rdt_v24n2_64-66.pdf) >. Acesso em: 08 de jul. de 2019.

KON, N. M.; ABUD, C. C.; SILVA, M. L. D. O racismo e o negro no Brasil. São Paulo: Editora Perspectiva 1a ed. 2017.

MALÁQUIAS, M. C. *et al.* Psychodrama and race relations. **Revista Brasileira de Psicodrama**, v. 24, n. 2, p. 91–100, 2016. Disponível em: < <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/psicodrama/v24n2/v24n2a10.pdf> >. Acesso em: 08 de jul. de 2019.

MATA, V. P.; PELISOLI, C. Expressões do racismo como fator desencadeante de estresse agudo e pós-traumático. **Revista Brasileira de Psicologia**, v. 3, n.

February, 2016. Disponível em: <  
[https://www.researchgate.net/publication/313970629\\_Expressoes\\_do\\_racismo\\_como\\_fator\\_desencadeante\\_de\\_estresse\\_agudo\\_e\\_pos-traumatico](https://www.researchgate.net/publication/313970629_Expressoes_do_racismo_como_fator_desencadeante_de_estresse_agudo_e_pos-traumatico)>. Acesso em: 20 de dez. de 2018.

NOGUEIRA, I. B. Significações do Corpo Negro (Tese de Doutorado). p. 143, 1998. Disponível em: < <http://www.ammapsique.org.br/baixar/corpo-negro.pdf>>. Acesso em: 17 de nov. de 2018.

POBLACION, D. A.; NORONHA, D. P.; CURRÁS, E. Literatura cinzenta versus literatura branca: transição dos autores das comunicações dos eventos para produtores de artigos. **Ciência da informação**, v. 25, p. 228–242, 1996. Disponível em: < <http://revista.ibict.br/ciinf/article/view/662>>. Acesso em: 08 de fev. de 2019.

SCHWARCZ, L. M. **Nem Preto Nem Branco, muito pelo contrário**. Edição, 1<sup>a</sup> ed. São Paulo: Claro Enigma, 2012. v. 66

SCHWARCZ, L. M.; STARLING, H. M. **Brasil: Uma Biografia**. São Paulo: Editora schwarcz S.A. 2015.

ZOLTOWSKI, A. P. C. *et al.* Qualidade metodológica das revisões sistemáticas em periódicos de psicologia brasileiros. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, v. 30, n. 1, p. 97–104, 2014. Disponível em: <  
[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-37722014000100012](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-37722014000100012)>. Acesso em: 17 de jan. de 2019.